

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS CAMPUS CENTRAL UNIDADE
UNIVERSITÁRIA DE LUZIÂNIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO
SENSU* EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS (PPGET)**

MARLENE LUIZA DE ASSUNÇÃO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE:
uma investigação nas empresas do segmento industrial no Estado de Goiás**

Luziânia – GO
2024

MARLENE LUIZA DE ASSUNÇÃO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE:
uma investigação nas empresas do segmento industrial no Estado de Goiás**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão, Educação e Tecnologias (PPGET) da Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Luziânia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão, Educação e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alberto Severo de Almeida

Luziânia – GO
2024

A851g Assunção, Marlene Luiza de

Governança ambiental e sustentabilidade: uma investigação nas empresas do segmento industrial no Estado de Goiás / Marlene Luiza de Assunção. – Luziânia, 2024.

74 f.

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Unidade Universitária de Luziânia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão, Educação e Tecnologias. Orientador: Francisco Alberto Severo de Almeida

1. Governança ambiental. 2. Sustentabilidade socioambiental 3. *Stakeholders*. 4. Empresas industriais. I. Almeida, Francisco Alberto Severo de. II. Título.

CDU 502.131.1(817.3)

Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais da Universidade Estadual de Goiás

Biblioteca da Unidade Universitária de Luziânia
Bibliotecária Agostinha Maria Rodrigues – CRB1/3045



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD/UEG)

Na qualidade de titular dos direitos de autor / autora, autorizo a Universidade Estadual de

Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA n.1087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo: Marlene Luiza de Assunção

E-mail: marleneassuncao2023@hotmail.com e ou luizassuncao2022@outlook.com

Dados do trabalho

Título: GOVERNANÇA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: Uma investigação nas empresas do segmento industrial no Estado de Goiás

Tipo () Tese (x) Dissertação () Dissertação e Produto Técnico Tecnológico (PTT) () Tese e Produto Técnico Tecnológico (PTT)

Curso/Programa: Stricto Sensu em Gestão, Educação e Tecnologias

Concorda com a liberação do documento:

SIM [] NÃO

Assinalar justificativa para o caso de impedimento e não liberação do documento:

Solicitação de registro de patente;

Submissão de artigo em revista científica

Publicação como capítulo de livro;

Publicação da dissertação/tese em livro.

Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa, prorrogável por mais um ano.

Em caso de não autorização, o período de embargo será de até um ano a partir da data de defesa, caso haja necessidade de exceder o prazo, deverá ser apresentado formulário de solicitação para extensão de prazo para publicação devidamente justificado, junto à coordenação do curso.

Luziânia, 16/12/2024

Assinatura autor (a)

Assinatura do orientador (a)

gov.br Documento assinado digitalmente
MARLENE LUIZA DE ASSUNCAO
Data: 26/12/2024 14:43:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO ALBERTO SEVERO DE ALMEIDA
Data: 17/12/2024 17:32:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLENE LUIZA DE ASSUNÇÃO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE:
uma investigação nas empresas do segmento industrial no Estado de Goiás**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão, Educação e Tecnologias, pela Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Luziânia.

Aprovado em 04 de dezembro, de 2024, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Francisco Alberto Severo de Almeida Pós-Doutor
em Administração
Universidade Estadual de Goiás

Jorge Manoel Adão - Avaliador
Pós-Doutor em Tecnologias Contemporâneas e Desenvolvimento Cognitivo
Universidade Estadual de Goiás

Mario Franco - Avaliador
Pós-Doutor em Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios. Universidade da Beira Interior - Portugal

Luziânia – GO

2024

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de uma dissertação é um processo complexo e prolongado, repleto de etapas que demandam dedicação e sacrifícios. Ao longo desse percurso, todos ao nosso redor compartilham um pouco dessa angústia.

Agradeço profundamente à minha família (pais, irmãos), especialmente ao meu filho, Nathan Luidy, que foi o maior sacrificado durante essa jornada.

No ambiente acadêmico, sou grato aos colegas de turma, cuja convivência enriqueceu imensamente minha experiência. Um agradecimento especial a Diego e Ivanilde, que me acolheram calorosamente na cidade, a Hinata e Denise, que tornaram nossos passeios por Brasília momentos inesquecíveis. Não poderia deixar de mencionar minha parceira de viagem Maria Margareth, uma mulher verdadeiramente inspiradora. Esta turma ficará eternamente gravada em minha memória e em meu coração.

Agradeço também aos professores do curso de Mestrado, que foram fundamentais para que eu chegasse a esta etapa, assim como aos membros das bancas, cuja contribuição foi essencial para a definição e conclusão deste trabalho.

Por fim, um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Alberto Severo de Almeida, uma figura admirável cuja vasta experiência e paciência foram cruciais na elaboração desta dissertação. Também sou grato à CAPES e ao CNPq pelo apoio financeiro recebido.

A todos que fizeram parte desta etapa concluída da minha vida, meu sincero obrigada!

RESUMO

Este estudo, intitulado “Governança Ambiental e Sustentabilidade: uma investigação nas empresas do segmento industrial do Estado de Goiás”, utilizou o método quadripolar para avaliar o desempenho ambiental de empresas goianas. A pesquisa foi realizada por meio de questionários estruturados, com perguntas fechadas, aplicados via *Google Forms* e utilizando uma escala *Likert* de 5 pontos. O objetivo principal foi analisar o comprometimento das empresas com práticas de governança ambiental, social e de sustentabilidade. Buscou-se investigar se as empresas do estado de Goiás incorporam o desenvolvimento sustentável em suas estratégias empresariais, fortalecendo suas relações com stakeholders e adotando práticas que promovem o uso responsável de recursos naturais. Os respondentes foram gestores de empresas associadas à Federação das Indústrias de Goiás (FIEG), e a coleta de dados ocorreu entre 2023 e 2024. Dos 150 questionários enviados, obtivemos 46 respostas. A análise dos dados foi feita por meio de estatísticas descritivas, com o uso de média como medida de tendência central, além da interpretação da frequência relativa percentual e do Coeficiente de Variação de Pearson (CVP). A pesquisa é relevante devido aos desafios climáticos e sociais atuais, pois a adoção de práticas sustentáveis não apenas contribui para a preservação ambiental, mas também melhora a imagem das empresas perante seus stakeholders. Os resultados indicaram um comprometimento crescente das indústrias de grande porte de Goiás com a sustentabilidade, sugerindo avanços no caminho para um futuro mais sustentável, alinhado às expectativas sociais e às exigências globais de proteção ambiental.

Palavras-chave: práticas sustentáveis; empresas industriais; *stakeholders*.

ABSTRACT

This study, titled "Environmental Governance and Sustainability: An Investigation in the Industrial Sector Companies of the State of Goiás," used the quadripolar method to assess the environmental performance of companies in Goiás. The research was conducted through structured questionnaires, with closed-ended questions, administered via Google Forms using a 5-point Likert scale. The main objective was to analyze the companies' commitment to environmental, social, and sustainability governance practices. The study sought to investigate whether companies in the state of Goiás incorporate sustainable development into their business strategies, strengthening their relationships with stakeholders and adopting practices that promote the responsible use of natural resources. The respondents were managers of companies affiliated with the Federation of Industries of Goiás (FIEG), and data collection took place between 2023 and 2024. Out of the 150 questionnaires sent, 46 responses were obtained. Data analysis was performed using descriptive statistics, with the mean as the measure of central tendency, as well as the interpretation of relative frequency percentage and Pearson's Coefficient of Variation (CV). The research is relevant due to the current climate and social challenges, as the adoption of sustainable practices not only contributes to environmental preservation but also enhances the companies' image with their stakeholders. The results indicated a growing commitment among large industries in Goiás to sustainability, suggesting progress toward a more sustainable future, aligned with social expectations and global environmental protection requirements.

Keywords: sustainable practices; industrial companies; stakeholders.

LISTA DE SIGLAS

CGG Comitê de Governança Global

CH4 Metano (*Methane*)

CO2 Dióxido de carbono (Carbon dioxide)

CVP Coeficiente de Variação de Person

ESD International Conference on Economic and Social Development - Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Econômico e Social

ESG *Environmental, Social, and Governance* (Ambiental, Social e Governança)

FIEG Federação das Indústrias do Estado de Goiás

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM *International Business Machines*

Juceg Junta Comercial do Estado de Goiás

N2O Óxido de nitrogênio (Nitrous oxide)

OCDE Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Goals*)

ONG Organizações não-governamentais

ONU Organização das Nações Unidas (*United Nations*)

PIB Produto Interno Bruto

RSC Responsabilidade Social Corporativa

TBL *Triple Bottom Line*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado de Goiás com aspectos geográficos e socioeconômicos	25
Figura 2: Organograma da Governança Corporativa	25
Figura 3: O Papel da Governança	26
Figura 4: Stakeholders (partes Interessadas)	29
Figura 5: Tripe de Bottomline ou tripe da sustentabilidade empresarial	39
Figura 6: Método Quadripolar interação entre os polos	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Princípios e aplicabilidade de governança	26
Quadro 2: Elementos subjacentes do desenvolvimento sustentável	35
Quadro 3: Matriz de estrutura lógica de dimensão, indicadores e escopo do instrumento de pesquisa em governança ambiental e sustentabilidade	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz de validação dos dados em referência a Governança Ambiental	49
Tabela 2: Matriz de análise da variável a Governança socioambiental em nível de significância de 5%	50
Tabela 3: Matriz de validação dos dados em referência à Sustentabilidade Socioambiental .	51
Tabela 4: Matriz de análise da variável sustentabilidade ambiental em nível de significância de 5%	52
Tabela 5: Matriz de validação dos dados em referência a desempenho ambiental	53
Tabela 6: Matriz de análise da variável Desempenho ambiente em nível de significância de 5%	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	18
2.1	Objetivo geral	19
2.2	Objetivos específicos	19
2.3	A relevância e a contribuição do estudo	19
3	ABORDAGEM TEÓRICA	21
3.1	Conceito de governança	21
3.2	Os papéis essenciais de uma estrutura de governança corporativa	25
3.3	Papel dos <i>stakeholders</i> na governança corporativa	28
3.4	O conceito de governança ambiental	30
3.5	História da questão ambiental	31
3.6	Definição e conceito de sustentabilidade	36
3.7	A relação entre empresa e o desenvolvimento sustentável	38
3.8	A importância do ESG nos negócios	41
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	44
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
5.1	Governança ambiental	49
5.2	Sustentabilidade socioambiental	51
5.3	Desempenho ambiental	52
5.4	Síntese sobre a análise de dados das variáveis ambiental, sustentabilidade socioambiental e desempenho ambiental	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A – Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)	64

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está estruturada em cinco seções. A primeira seção é a introdução, enquanto a segunda aborda os objetivos e a importância da pesquisa. Na terceira seção, são definidos os conceitos de governança e sustentabilidade, com uma discussão sobre o papel dos stakeholders dentro da abordagem teórica. A quarta seção descreve a metodologia e o método da pesquisa, e, por fim, a quinta seção apresenta a análise dos dados e oferece um resumo das principais conclusões.

Para clarificar a proposta da presente pesquisa, é necessário entender que o planeta, ao longo de sua história, sofre com atos antrópicos que causam problemas ao meio ambiente. Sempre que o homem modifica seu meio para atender às suas necessidades, ele provoca impactos ambientais. Essa relação entre meio ambiente e lucro, frequentemente caracterizada pelo antagonismo, se intensificou com a adoção de uma visão mercantilista. No entanto, ao final do século XX e início do século XXI, observou-se uma leve mudança no pensamento e no comportamento econômico em relação ao meio.

As convenções anuais sobre questões ambientais têm gerado intensos debates e reflexões. Entre elas, destaca-se a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, particularmente a de Quioto, realizada no Japão em 1997. Durante essa terceira conferência, foi elaborado o Protocolo de Quioto, que visava a redução e o controle das emissões de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), que são responsáveis pelo aquecimento global. Essas conferências têm promovido mudanças significativas no comportamento de indivíduos e empresas em relação ao meio ambiente. É importante ressaltar que a Revolução Industrial, embora tenha trazido muitos benefícios econômicos, trouxe também os prejuízos para o meio ambiente com a depredação sem controle. Morais (2014) afirma que a revolução industrial, foi um divisor de águas para o mundo, incorporando a tecnologia às organizações, o que gerou a produção de substâncias e matérias incapazes de serem absorvidas pela natureza, e conseqüentemente, tais atitudes trouxeram grande destruição ao planeta o que afetou e afeta ainda, animais, seres humanos ameaçando a continuidade de suas futuras gerações na totalidade.

Nesse período histórico, o processo de gestão das empresas focava na lucratividade, gerada a partir de uma cadeia produtiva, sem se importar com problemas de ordem social e/ou ambiental. Como consequência disso, surgiram várias lacunas socioambientais. No entanto, isso não significa que as empresas da atualidade não se preocupem com a lucratividade.

As preocupações com os lucros existem e, claramente, não há depreciação. Porém, o desafio das empresas é justamente entender o impacto de suas atividades e desenvolver estratégias e políticas para minimizar esses impactos, mantendo sua lucratividade. As empresas devem estar atentas aos impactos gerados ao longo da cadeia produtiva, desde a coleta da matéria-prima até o processo de venda do produto.

Na atualidade, ou sociedade contemporânea, é urgente pensar na sustentabilidade, conforme a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. A sustentabilidade é a forma de atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras em relação às próprias necessidades (Yu; Zhao, 2015).

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016, propôs aos líderes mundiais 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para que, coletivamente, a humanidade pudesse dissociar o crescimento econômico da pobreza, da desigualdade e das mudanças climáticas. E as mudanças climáticas são possíveis com as construções sustentáveis. Para a ONU, a governança ambiental é a pedra angular para atingir as ações propostas na construção da Agenda de 2030.

Nessa perspectiva, a de manter lucro e resolver os problemas socioambientais, ou pelo menos contê-los, estudos têm sido realizados para entender e descobrir como as empresas em seus processos operacionais podem contribuir para a manutenção da sustentabilidade e a criação de uma sociedade mais justa. Historicamente, já passamos pela era do vapor, era da eletricidade, onda da produção em massa e agora vivemos a onda da sustentabilidade centrada no ESG. A sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*, e, na tradução livre, significa Ambiental, Social e Governança, o que corresponde às práticas: social, ambiental e de governança de uma organização.

Este é um tema cada vez mais recorrente nos debates e fóruns empresariais de todo o mundo. Vem se tornando cada vez mais relevante para obtenção ou restrição ao acesso ao capital, pois os impactos socioambientais passaram a configurar demandas não apenas da sociedade, dos governos, academia e de ONGs, mas também de bancos, instituições financeiras e de grandes investidores (Jones *et al.*, 2020). ESG é uma exigência mercadológica para reduzir os impactos ao meio ambiente e à vida humana.

Por isso, esta pesquisa tem como objetivo investigar as práticas de governança ambiental e as ações sustentáveis das empresas do segmento industrial no Estado de Goiás, centradas no construto de uma abordagem do método quadripolar. Sabe-se que as questões ambientais, na atualidade, são elementos que direta ou indiretamente influenciam o desempenho econômico

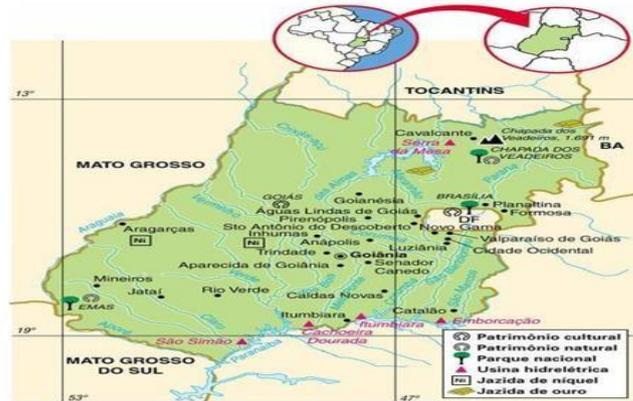
das empresas. Por isso faz-se necessário conhecer de forma panorâmica o Estado de Goiás, para melhor entendimento da importância desse estudo.

O Estado de Goiás destaca-se por sua extraordinária diversidade geográfica, que se estende desde os vastos campos do Cerrado até as exuberantes áreas de transição com a Amazônia. Essa riqueza natural não apenas embeleza a paisagem, mas também serve como base para a economia local, que é robusta e multifacetada.

A agricultura é um dos pilares da economia goiana, com destaque para o cultivo de soja e milho, além da pecuária, que ocupa um papel central nas atividades agropecuárias. A mineração também se revela como uma atividade significativa, com a extração de minerais preciosos como ouro e níquel, complementando a base econômica do Estado de Goiás. Culturalmente, há em Goiás um entrelaçamento de influências que refletem sua rica herança histórica, amalgamando tradições indígenas, europeias e africanas. A música tradicional goiana, que inclui o folclore e o sertanejo, um gênero musical de grande apelo nacional, é um testemunho da vivacidade cultural do estado. Além disso, Goiás abriga importantes festivais e celebrações, que não apenas reúnem comunidades, mas também preservam e promovem a identidade cultural única da região.

Conforme informações do portal do Governo do Estado de Goiás, Goiás é o sétimo maior estado do Brasil, com uma área de aproximadamente 340 mil quilômetros quadrados. Localizado na região Centro-Oeste, segundo o IBGE, dados divulgados em 2018 indicam uma população próxima a 7 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de 17,65 habitantes por quilômetro quadrado, sendo o estado mais populoso do Centro-Oeste. A capital, Goiânia, é uma cidade em constante crescimento e desenvolvimento, reconhecida tanto pelo urbanismo planejado quanto por seus parques, e possui uma população de 1.437.366 habitantes (IBGE, 2022). A Figura 1 apresenta o mapa de Goiás, destacando os aspectos geográficos e socioeconômicos do estado.

Figura 1: Mapa do Estado de Goiás com aspectos geográficos e socioeconômicos



Fonte: IBGE (2022)

Conforme demonstrado no mapa, o Estado de Goiás faz fronteira com Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e compreende 246 municípios, além de envolver o Distrito Federal. Situado na região do Cerrado, o estado possui um clima predominantemente tropical e um relevo marcado por planaltos e chapadas. Segundo o IBGE (2019) sua economia é diversificada, com destaque para diversos setores:

- **Agricultura:** Goiás se destaca como um grande produtor de grãos, especialmente soja, milho e algodão, além de ser um importante produtor de cana-de-açúcar, que impulsiona a produção de etanol.
- **Pecuária:** O estado é um dos maiores produtores de carne bovina do Brasil, com um rebanho significativo.
- **Mineração:** A mineração é uma atividade relevante, com foco na produção de fosfato, níquel e cobre, além de outras commodities minerais.
- **Indústria:** Goiás possui um parque industrial diversificado, abrangendo indústrias de alimentos, bebidas, produtos químicos e metalurgia.
- **Comércio:** O setor comercial é dinâmico, especialmente em cidades como Goiânia e Anápolis, onde se encontram grandes centros comerciais.

De acordo com o portal Goiás (2019), o estado abriga uma diversidade de empresas de destaque em diferentes setores, incluindo:

- **BRF:** Uma das maiores empresas de alimentos do mundo, com unidades de produção em Goiás.
- **JBS:** Grande nome do setor alimentício, atuando na produção de carne bovina, suína e de frango.

- Oi: Uma das principais empresas de telecomunicações do Brasil, com uma ampla gama de serviços.
- Ambev: Presente em Goiás, com operações de produção e distribuição de bebidas.
- Jalles Machado: Uma das maiores usinas de açúcar e etanol do país, localizada em Goianésia.
 - Caoba: Grupo de destaque na indústria automotiva, atuando na importação e montagem de veículos.
- Vale S.A.: Empresa de mineração com operações de extração de minério de ferro. Essas empresas são apenas uma amostra do ambiente empresarial de Goiás. Segundo o relatório da Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg) de 2024, Goiânia lidera em número de negócios, concentrando 30,6% das empresas ativas no estado. No primeiro trimestre de 2024, foram formalizados 414 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com capital social superior a R\$ 500 mil reais, e Goiás possui mais de 500 mil empresas, excluindo Microempreendedor Individual (MEI), totalizando cerca de 1,1 milhão de negócios ativos ao considerar as microempresas. Em janeiro de 2024, foram abertas 3.243 empresas; em fevereiro, 3.321 (um aumento de 2,4% em relação ao mês anterior); e em março, 3.347 (crescimento de 0,8%) (Goiás, 2024).

Além disso, Goiás apresenta uma diversidade ambiental relevante, com vegetação composta por árvores e arbustos adaptados ao clima. O Cerrado, que cobre 70% do território goiano, é considerado uma das savanas mais ricas em biodiversidade, com mais de 11,6 mil espécies de plantas catalogadas. No estado, nascem drenagens que alimentam três importantes bacias hidrográficas: Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná (GDF, 2018).

Uma governança adequada é fundamental para garantir a gestão sustentável dos recursos naturais, como água, solo e florestas, evitando a degradação e o esgotamento. Um dos principais desafios ambientais enfrentados por Goiás é buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

O conhecimento do panorama do Estado de Goiás, permite acesso a dados específicos sobre a qualidade do meio ambiente, indicadores de desenvolvimento sustentável, índices de biodiversidade, além de informações sobre a gestão de recursos naturais. Esses dados são essenciais para a análise e para a construção de diagnósticos precisos sobre os avanços e as lacunas nas práticas de governança ambiental.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Para melhor explicitar o problema de pesquisa, é oportuno lembrar que a revolução industrial, iniciada no século XVIII, trouxe uma série de desenvolvimentos ao mundo, provocando significativas mudanças sociais e de produtividade. Ao mesmo tempo, estimulou a economia através da industrialização.

Porém, todo esse desenvolvimento tecnológico desencadeou uma série de consequências ao meio ambiente. Percebe-se que o homem, ao longo de sua existência, agiu sem pensar nas questões ambientais, na crença equivocada de que os recursos naturais eram ilimitados e que estariam sempre disponíveis para os humanos.

Hoje, a sociedade já tem consciência de que os recursos naturais, se não forem tratados com zelo, podem, sim, deixar de existir. Sabe-se que o processo industrial contribui, sobremaneira, com os problemas ambientais. Nesse sentido, *Seiffert* (2009, p.7) conceitua “o processo industrial é o maior responsável pelos desequilíbrios nos diversos ecossistemas”. O modelo de desenvolvimento iniciado com a revolução industrial é incompatível com o desenvolvimento sustentável.

Para *Dias* (2009), o crescimento desordenado e o alto consumo de energia levarão ao esgotamento dos recursos naturais, resultando em danos ambientais contínuos. A sociedade demorou a perceber que o desenvolvimento econômico, essencial para um país, também traz impactos irreparáveis ao meio ambiente. Somente na década de 1970, as pessoas começaram a entender que a exploração excessiva dos recursos naturais causaria sérios problemas ao planeta, como as mudanças climáticas.

A partir desse despertar na década de 70, começaram a ocorrer as cúpulas do clima, com o objetivo de encontrar caminhos que promovam o desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente. Desde então, as reuniões das cúpulas do clima continuam acontecendo, buscando soluções que propiciem o desenvolvimento econômico sem, contudo, afetar o meio ambiente. Nesse sentido, empresas preocupadas com a proteção ambiental têm desenvolvido novas perspectivas sobre a responsabilidade ambiental, incorporando princípios sustentáveis em suas operações.

Para os autores *Milan, Vittorazzi e Reis* (2010), uma maneira de alcançar uma gestão em prol da sustentabilidade é a adoção de tecnologias limpas nas empresas. *Lenzi* (2006) e *Jabbour* (2010) reforçam esse pensamento ao dizerem que a tecnologia ambiental pode ser dividida em tecnologias de controle, centradas no tratamento de resíduos, e tecnologias mais limpas, centradas na prevenção, tratamento e redução da poluição na fonte.

Assim, sabendo da importância de as empresas desenvolverem suas atividades com foco na sustentabilidade, é que se propõe esta pesquisa com o intuito de descobrir se: Essa pesquisa suscita a seguinte questão de investigação: Nas empresas Goianas do segmento industrial há o compromisso com o desenvolvimento sustentável e as práticas de uso sustentável dos recursos naturais?

2.1 Objetivo geral

Investigar as práticas de governança ambiental e as ações sustentáveis das empresas do segmento industrial no Estado de Goiás.

2.2 Objetivos específicos

Para a consecução do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar a existência de práticas de governança ambiental e ações socioambientais nas empresas industriais no Estado de Goiás.
- Identificar as práticas de governança ambiental e sustentabilidade adotadas pelas empresas do segmento industrial em Goiás.
- Analisar as práticas de governança ambiental e sustentabilidade do segmento industrial em Goiás.
- Avaliar a relação entre governança ambiental e ações sustentáveis nas empresas goianas, do segmento industrial.

2.3 A relevância e a contribuição do estudo

Wells (2020) faz um alerta sobre o colapso do planeta com as mudanças climáticas. O autor diz que, ao fim deste século, se não houver mudanças na maneira como os seres humanos vivem, parte do planeta se tornará inabitável e outras serão difíceis de serem habitadas. Nesse sentido, é preciso realizar ações efetivas em relação às questões ambientais. Essa temática é tão necessária que tem sido pauta nas conferências internacionais, como, por exemplo: conferência internacional promovida pela Universidade de *Dubrovnik*, pelo *Department of Economics and Business Economics* (ESD, 2024).

Sabe-se que a sustentabilidade e a governança ambiental são conceitos complementares, pois ambos visam assumir responsabilidades e salvaguardar o bem-estar do ambiente compartilhado, incluindo questões relacionadas à natureza, à sociedade e à economia. Sendo assim, são temas relevantes para a prosperidade econômica e também são agentes responsáveis pela preservação do meio ambiente (Cunha; Augustin, 2014).

Busca-se entender como esses conceitos estão relacionados entre si, e mostrar quão importante é, que as organizações adotem práticas transparentes e sustentáveis. Almeida (2010), em seus estudos sobre governança e sustentabilidade, expõem que a sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento de um processo contínuo, necessário e sem comprometer os recursos naturais ou a população.

A ideia de sustentabilidade tornou-se essencial para as economias emergentes, uma vez que deve guiar seu progresso, a fim de manter em harmonia os setores públicos e privados, bem como a sociedade, de tal modo a permitir o desenvolvimento da nação. As melhores práticas para alcançar uma boa governança incluem, portanto, equidade, transparência, responsabilidade social corporativa e prestação de contas. Ações que baseadas nesses princípios guiariam organizações e economias para processos mais transparentes, desenvolvimento monitorado, sustentável e divulgação de informações (Rio + 20, 2012).

É importante analisar as empresas do segmento industrial presentes no estado de Goiás para avaliar a relação entre governança ambiental e as ações sustentáveis nos processos de inovação. Avaliar e considerar os impactos ambientais gerados pelas empresas do segmento industrial no Estado de Goiás torna-se fator relevante nas tomadas de decisões, influenciando de forma positiva as práticas de mercado.

Portanto, governança corporativa e sustentabilidade são, assim, temas abrangentes. De acordo com Marques, Melo e Wanderley (2016), a sustentabilidade é mecanismo de governança, embora temas de inegável importância, ainda se mostram pouco aplicados à prática organizacional, com ênfase na área corporativa. É evidente que governança e sustentabilidade adquiriram expressiva importância nas discussões acadêmicas, e, globalmente, pois aprofundar o entendimento se faz necessário ao passo que o discutir e entendê-lo, favorece a aplicação prática e a compreensão dos benefícios tanto sociais quanto corporativos.

Sabe-se que as empresas desempenham um papel crucial na dinâmica ambiental, pois suas operações podem ter efeitos diretos e indiretos no meio ambiente. A extração de recursos naturais, a produção em larga escala, o transporte de mercadorias e o descarte de resíduos são algumas das atividades que podem contribuir para a degradação ambiental. No entanto, muitas

empresas também estão adotando práticas mais sustentáveis, investindo em tecnologias limpas, reduzindo o desperdício e adotando políticas de responsabilidade ambiental.

3 ABORDAGEM TEÓRICA

Neste tópico, será abordada a conceituação e a definição dos termos relacionados à governança ambiental e corporativa, sustentabilidade e outros conceitos relevantes que fundamentam este estudo. A análise será sustentada por autores que contribuem significativamente para a compreensão e a credibilidade do trabalho, oferecendo uma base teórica robusta para as discussões subsequentes.

3.1 Conceito de governança

O conceito de governança corporativa surgiu com o propósito de promover maior transparência em relação às empresas de capital aberto. No entanto, passou a ser reconhecido como um elemento fundamental para o sucesso das organizações em geral, incentivando-as a serem mais transparentes, socialmente responsáveis e capazes de se comunicar de forma eficaz com seus gestores e partes interessadas, tanto no setor público quanto no privado (Lopes, 2009). Em decorrência disso, o tema abrange, entre outros aspectos, a compreensão de que as organizações são regidas por diferentes instâncias, cada uma com seus próprios critérios de gestão. Vale ressaltar que o conceito de governança possui múltiplas interpretações. A partir da revisão teórica desse conceito, buscou-se entender suas definições conceituais para determinar a abordagem adotada neste estudo.

No Dicionário Aurélio, “governança” é definida como “gestão”, ou seja, o ato de liderar e administrar. Assim, governança atualmente é entendida como uma ação de liderança que direciona os rumos de uma empresa, sendo, portanto, essencial na governança corporativa, independentemente de se tratar de uma grande corporação, uma pequena ou média empresa, ou uma empresa familiar (Aurélio, 2010).

Sabe-se que a atividade empreendedora impulsiona o desenvolvimento econômico de um país, e observa-se que as empresas buscam constantemente melhorar sua eficiência operacional para maximizar os lucros. A matemática financeira indica que, quanto maior o lucro, melhor será a situação da empresa, o que torna o mercado mais atraente para investidores (Fiorini; Junior; Alonso, 2016). Entretanto, administrar uma empresa e encontrar eficiência não é tarefa simples.

Diversos aspectos devem ser considerados, especialmente em relação ao conjunto de normas que regem a atuação da empresa e de seus colaboradores.

Para Andrade e Rosseti (2014), a evolução das empresas levou à separação entre propriedade e gestão. Com isso, surgiram conflitos de interesses entre os “donos” das empresas, proprietários dos ativos, e os gestores contratados para administrá-los. Esse fenômeno é conhecido como conflito de agência e foi um ponto crucial para o desenvolvimento da governança corporativa.

Portanto, trata-se de um tema em constante ascensão nas discussões e implementações, destacando a importância de esclarecer o conceito para uma compreensão mais aprofundada. A origem etimológica da palavra "governança" remonta a um termo grego que expressa o sentido de direção.

O termo é amplamente utilizado tanto no discurso acadêmico quanto nas discussões cotidianas do setor público e de diversas instituições sobre suas relações internas e com a sociedade. Dalmácio, Nossa e Zanquetto Filho (2007) afirmam que os primeiros estudos sobre relações de governança foram realizados por Adam Smith em 1776, na obra “A Riqueza das Nações”.

É importante salientar que o conceito original de governança corporativa estava ligado ao conselho de administração – uma comissão executiva composta por acionistas e investidores que não fazem parte da administração diária da empresa. Entretanto, ao longo do tempo, a definição de governança se ampliou, reconhecendo que as questões de poder nas organizações não se restringem ao conselho de administração, à diretoria executiva e aos acionistas, mas abrangem também a sociedade onde a empresa está inserida.

Fundado em 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), inicialmente denominado Instituto Brasileiro de Consultores Administrativos, apresentou o conceito de governança corporativa com o objetivo de difundir boas práticas de gestão e transparência nas organizações brasileiras.

A governança corporativa pode ser definida como o sistema de gestão e monitoramento de corporações e outras organizações, incluindo relacionamentos entre parceiros, conselhos de administração, estruturas de gestão, monitoramento e controle e outras partes interessadas (IBGC, 2015).

O foco na governança reflete na maioria as inquietações públicas sobre a capacidade dos sistemas políticos de tomar medidas efetivas e decisivas para resolver problemas sociais.

Existem várias definições de governança, algumas gerais e outras mais específicas para o Comitê de Governança Global (CGG). As Nações Unidas definem governança como:

A soma total dos vários modos como indivíduos e instituições, públicos e privados, administram seus negócios comuns. Trata-se de um processo contínuo, por meio do qual interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados e uma ação cooperativa estabelecida. Esse processo inclui instituições e regimes formais investidos de poder para impor a observância das regras, do mesmo modo que arranjos informais que pessoas e instituições concordaram em estabelecer ou perceberam ser de seu interesse (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 53).

É evidente que a governança não se limita a uma questão de gestão ou de governo. Ela envolve uma simetria de estruturas institucionais com processos participativos que integram atores sociais e de mercado na definição de políticas públicas. A governança, entendida dessa forma, está relacionada à qualidade do ciclo de planejamento e criação de políticas.

Goria, Sgobbi e Homeyer (2010) afirmam que a governança é o meio de operacionalizar políticas governamentais no contexto dos processos decisórios. Ela articula os diferentes segmentos da sociedade, pois possui a capacidade de impulsionar o desenvolvimento por meio da construção de espaços de interação entre o setor público, o privado e o terceiro setor (Silveira, 2021).

Nesse sentido, podemos definir governança em um conceito mais abrangente, considerando as variadas combinações de agentes que podem governar de maneira mais eficiente. Como afirma Rosenau (2000):

Governança não é o mesmo que governo". Ainda que, "governo é uma atividade sustentada por autoridade formal, pelo poder que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências (Rosenau, 2000, p. 15).

A governança foi vista, inicialmente, como um conjunto de relações intergovernamentais, mas agora deve ser entendida de forma mais ampla, envolvendo organizações não-governamentais (ONGs), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capitais globais. Com essas organizações intergovernamentais e não-governamentais interagem os meios de comunicação de massa, que exercem hoje grande influência na governança" (Comissão sobre Governança Global, 1996, p. 2). Do ponto de vista de Almeida (2021):

Governança corporativa trata-se de uma série de práticas que regem as relações entre os acionistas (*shareholders*), demais grupos de relacionamentos (*stakeholders*) e a administração da empresa, com a finalidade de aumentar valor para sociedade, facilitar seu acesso ao capital e aprimorar o desempenho da organização. E, que as

práticas estão alicerçadas na teoria de agência proposta por Jensen e Meckling (1976) ao afirmarem que a separação entre a propriedade e a gestão introduz o conflito de agência (Almeida, 2021, p.15).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015) descreve o conceito de governança corporativa como:

Governança corporativa é o sistema que assegura aos sócios proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá através do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa governança assegura aos sócios a equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país (IBGC, 2015).

E o IBGC (2015) afirma que a governança corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelos quais as organizações são dirigidas e monitoradas, visando à geração de valor sustentável para a organização, seus sócios e para a sociedade em geral.

Nesse sentido, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2024) define a governança como um movimento cuja meta é aperfeiçoar e democratizar o relacionamento entre acionistas, auditores independentes e executivos da empresa, incentivando o fortalecimento do poder do conselho de administração na tomada de decisões. Se a governança corporativa tem como princípio regular as atitudes da esfera de poder nas organizações, propondo práticas relacionais com maior transparência, ética, valores e respeito entre os atores, conclui-se que também servirá como um modelo para toda a estrutura organizacional, bem como para os agentes externos. O objetivo das boas práticas de governança corporativa é, portanto, aumentar o valor da empresa, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sustentabilidade da organização.

Na concepção de Bevir (2012), o conceito de governança pode ser aplicado a qualquer conjunto ou grupo de agentes que requer liderança, controle, zelo e eficiência por meio de processos e atividades de gestão. A boa governança corporativa impacta positivamente os processos de gestão da empresa, melhora a imagem institucional, atrai novos investidores, retém e capta melhores talentos, aprimora o planejamento estratégico e resolve conflitos. Além disso, as boas práticas de governança corporativa trazem diversos benefícios, como melhores processos decisórios por parte da alta administração e um ambiente de controle mais eficaz. Nesse sentido, é importante ressaltar que:

A governança não se confunde, nem se restringe, ao governo (a organização do setor público responsável pela direção política do Estado). É o processo de direção e controle que ocorre quando o governo dirige politicamente o Estado, assim como quando as empresas dirigem seus empregados ou os parceiros de uma rede fixam regras de deliberação e implementação de suas decisões (Rhodes, 1996 p. 18).

Por outro lado, Silva (2012) afirma que a governança corporativa não é um modismo, mas sim um sistema utilizado para o aperfeiçoamento da gestão. A governança corporativa, atualmente presente no mundo dos negócios, surgiu a partir de uma profunda mudança no ambiente empresarial e da necessidade dos gestores de se adaptarem a um novo perfil de investidores e de outros parceiros sociais. O termo "governança corporativa" é compreendido como o sistema de relacionamento entre acionistas, auditores independentes e executivos da empresa, liderado pelo Conselho de Administração.

Como se observa, o termo “governança corporativa” possui diferentes definições. No entanto, de forma geral, Fiorini, Junior e Alonso (2016) afirmam que a governança é um conjunto de mecanismos que garantem que as decisões corporativas sejam sempre tomadas com o objetivo de maximizar a criação de valor a longo prazo para a empresa e maximizar o retorno a todos os acionistas.

3.2 Os papéis essenciais de uma estrutura de governança corporativa

A governança corporativa constitui um conjunto de diretrizes, normas, organizações e procedimentos pelos quais as empresas são geridas e supervisionadas, visando à criação de valor sustentável tanto para a própria empresa e seus acionistas quanto para a sociedade em geral. Esse sistema orienta as ações dos responsáveis pela governança e demais membros da organização, buscando equilibrar os interesses de todas as partes envolvidas e promovendo um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. A figura 2 apresenta a estrutura e o relacionamento entre os agentes de governança.

Figura 1: Organograma da Governança Corporativa



Fonte: Produtividade máxima (2021)

O organograma mostra, portanto, que a governança é uma estrutura que abrange os processos de direção e controle. De acordo com Jollivet e Pavé (1997), a estrutura de governança (seja corporativa ou social) estabelece os modos de interação entre os gestores (agentes), os proprietários (*shareholders*) e as partes interessadas (*stakeholders*), com o objetivo de garantir que os agentes respeitem os interesses dos proprietários e das partes interessadas, alinhando desempenho e conformidade. A figura 3 apresenta a estrutura da governança e destaca as principais funções vinculadas à gestão.

Figura 2: O Papel da Governança



Fonte: Gilles B. de Paula (2016)

Sabe-se que, tradicionalmente, o modelo de governança adotado pelas corporações é hierárquico, no qual uma unidade superior dirige e controla as unidades subordinadas para garantir a consecução dos objetivos organizacionais e assegurar os direitos dos proprietários. Contudo, é inegável que a governança, atualmente, precisa incorporar a responsabilidade social. Por essa razão, foram desenvolvidos os quatro princípios básicos da governança. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), esses princípios são: transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas, melhor detalhados no quadro 01.

Quadro 1: Princípios e aplicabilidade de governança

Princípios de Governança	Aplicabilidade
Transparência	Obrigação/Desejo de Informar.
Equidade	Tratamento justo para todas as Partes Interessadas.
Responsabilidade corporativa)	Agentes da governança devem zelar pela sustentabilidade incorporando considera�es de cunho social e ambiental. Objetivando a longevidade das organiza�es
Prestação de Contas (Accountability)	Agentes da governança (Conselheiros, administradores e auditores) devem prestar contas e assumir as consequências de seus atos e omissões

Fonte: SEBRAE (2023)

Transparência: além do “dever de informar”, a gestão também deve cultivar “Anseio de informar”. Uma boa comunicação interna e externa gera mais confiança nas relações da organização com terceiros.

Justiça: tratamento justo e equitativo de todos os grupos minoritários, sejam eles acionistas ou outras partes interessadas (stakeholders), atitudes ou políticas discriminatórias não serão toleradas.

Responsabilidade com prestação de contas: os representantes da governação são responsáveis pelas suas ações perante os seus escolhidos e assumem total responsabilidade por todas as ações que tomam na execução das suas diretivas.

Responsabilidade social e ambiental corporativa: os diretores e gestores devem garantir a longevidade das organizações (visão de longo prazo e sustentabilidade) e, portanto, devem integrar considerações sociais e ambientais na definição dos negócios e operações. A Responsabilidade Social Corporativa (RSC), geralmente, abarca as relações em rede que influenciam as decisões e as iniciativas corporativas, combinando a promoção do bem-estar social com os benefícios econômicos de uma boa reputação social nas redes em que a organização opera. Nesse sentido Ruteski (2013) afirma:

Responsabilidade social nada mais é que o comprometimento do empresário com a adoção de um padrão ético de comportamento, contribuindo para o desenvolvimento econômico, uma estratégia que não só melhora a qualidade de vida de seus funcionários, mas a multiplica por meio de suas famílias, da comunidade, da sociedade. É a empresa atuando como agente social no processo de desenvolvimento (Ruteski, 2013, p.2).

Encerrando esse pensamento, recorre-se à fala de Almeida (2010, p. 80), que afirma: “a relevância da governança corporativa relaciona-se à gestão das empresas tanto pelo lado da geração de lucro para o proprietário quanto à criação de riqueza social na perspectiva dos stakeholders.” Na mesma página, o autor continua dizendo que, independentemente de a empresa ser pública ou privada, “o sistema de governança corporativa deve estruturar-se com base em princípios universais que assegurem tratamento equitativo, transparência e valores éticos nas relações entre o principal (investidor) e o agente (administrador) e os demais *stakeholders*.”

Considerando o exposto, a governança corporativa pode ser resumida em uma tríade: processos, pessoas e resultados. A governança é a estrutura que abrange os processos de direção

e controle, ou seja, compreende a estrutura que envolve os procedimentos de orientação e administração. O sistema de gestão (corporativo ou das empresas) define as formas de comunicação entre os líderes (indivíduos), os acionistas e os demais envolvidos.

Entende-se, portanto, que a disseminação de boas práticas de governança corporativa pelas empresas brasileiras pode trazer impactos positivos para o desenvolvimento econômico do país, contribuindo para o fortalecimento e o avanço do mercado de capitais. Este mercado tem como função principal o estímulo ao empreendedorismo, investimentos e inovação, ao direcionar os recursos dos investidores para as empresas e, conseqüentemente, promover o crescimento nacional.

Deduz-se, com essa visão conceitual, que, embora o termo governança corporativa tenha sido criado com o intuito de aumentar a transparência nas empresas públicas cujas ações são negociadas em bolsas de valores, atualmente o conceito é considerado essencial para o sucesso de qualquer organização. No espaço relacional entre uma organização, seus controladores, gestores e demais stakeholders, sempre surgem novas possibilidades e desafios que fortalecem a própria organização e os mercados em que atua.

Portanto, é necessária a realização de pesquisas contínuas sobre governança corporativa para compreender as causas das diferenças de avaliação e desempenho das empresas no mercado. Além das questões éticas, devem ser considerados fatores relacionados a mercados, produtividade, planejamento estratégico e outros aspectos que influenciam diretamente o desempenho de uma organização.

É perceptível que a governança somente acontece, de fato, quando as pessoas estão absolutamente envolvidas: conhecem, acreditam, influenciam, executam e agem pelo exemplo. Destaca-se, assim, a relevância do papel dos stakeholders na governança corporativa, tema que será abordado no próximo tópico.

3.3 Papel dos *stakeholders* na governança corporativa

As empresas necessitam vincular suas metas financeiras e econômicas aos assuntos relacionados à cidadania e à ética nos negócios e conservação do meio ambiente. A opinião pública passa a enxergar a conduta socialmente responsável como um fator importante para determinar o sucesso ou o fracasso empresarial.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem como característica enquadrar diversas dimensões do relacionamento ético que uma empresa deve ter com os diferentes grupos de

interesse da sociedade. Esses grupos de interesse, também conhecidos como stakeholders, representam qualquer audiência que impacta ou é impactada pela empresa em seus objetivos organizacionais. Essa abordagem nos leva a acreditar que a legitimidade que os stakeholders vêm assumindo, nessa nova concepção de relacionamento, é um dos alicerces para a compreensão da RSC.

Stakeholders é um termo que começou a ser utilizado pelo filósofo norte-americano Robert Edward Freeman nos anos 80 e pode ser traduzido, como “partes interessadas.” No ambiente corporativo, esse conceito se aplica a qualquer pessoa ou empresa que possa ser afetada por um negócio. Este conceito fez com que as empresas começassem a se preocupar não apenas com o aspecto financeiro, mas também com a criação de valor para a marca. Assim, funcionários, clientes, investidores e outros envolvidos passaram a valorizar não apenas os números, mas também a confiança, a reputação e o nome que a empresa possui no mercado. A figura 4 ilustra que os stakeholders são todas as pessoas, empresas ou instituições que possuem algum tipo de interesse na gestão e nos resultados de um projeto ou organização, exercendo influência ou sendo influenciados, direta ou indiretamente, pela empresa. Esses stakeholders desempenham um papel essencial no sucesso e na sustentabilidade da organização, pois suas necessidades e expectativas podem guiar decisões estratégicas. Assim, os stakeholders representam tanto uma força propulsora para o desenvolvimento organizacional quanto um desafio, uma vez que suas demandas precisam ser equilibradas para que a empresa mantenha sua reputação e competitividade no mercado.

Figura 3: Stakeholders (partes Interessadas)



Fonte: Autora (2023)

As definições de stakeholders (partes interessadas) destacam a complexidade dos indivíduos que ativamente influenciam ou estão passivamente envolvidos com a empresa e suas atividades. Freeman (1984) conceituou essas partes interessadas como todos os indivíduos, grupos ou outras organizações que possuem a capacidade de interferir ou serem impactados pelas atividades de uma determinada organização.

Clarkson (1995) definiu stakeholders como pessoas ou grupos que possuem ou exigem participação, direitos ou interesses na corporação e em suas atividades. Esses direitos ou interesses resultam de transações ou ações tomadas pelas organizações e podem ser de natureza legal ou moral, individual ou coletiva.

De acordo com Atkinson, Waterhouse e Wells (1997), os stakeholders se dividem em primários e secundários. Os primários são aqueles que estão diretamente ligados à sobrevivência da organização. Já os secundários não comprometem a existência da organização, embora possuam algum grau de importância para ela.

3.4 O conceito de governança ambiental

É perceptível que a aceleração das mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e ambientais tem desafiado cada vez mais as estruturas governamentais tradicionais. O uso do termo “governança” indica que os campos das ciências sociais e das políticas públicas evoluíram de uma abordagem centrada no conceito de governo para um conceito mais amplo de governança, que inclui atores não estatais. Desde a década de 1980, o conceito de governança tem sido uma referência para as atividades públicas modernas e para a gestão empresarial.

É necessário atribuir um significado ao tema, sendo “governança ambiental o ato de gerir o ambiente, isto é, o ato de administrar, dirigir ou reger as partes constituintes do meio ambiente” (Philippi; Romero; Bruna, 2004, p. 799). Nesse sentido, entende-se que a governança ambiental corresponde à forma como a empresa se organiza para cumprir a política ambiental, englobando as ações realizadas para reduzir ou eliminar impactos ambientais (Tinoco; Käemer, 2006, p. 109).

Portanto, fica evidente que governança ambiental se refere ao processo pelo qual as sociedades administram seus recursos naturais e o meio ambiente em geral, envolvendo a formulação e implementação de políticas, regulamentações, leis, programas e práticas que visam proteger e gerenciar de forma sustentável os recursos naturais, minimizar os impactos ambientais adversos e promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Nascimento (2021) corrobora essa visão ao afirmar que:

A governança ambiental pode ser abordada como um processo dinâmico com base nas interações entre os diferentes “grupos de interesse”, consistindo de quatro fases principais: 1) formação do discurso e do conhecimento, 2) formulação, 3) implementação e 4) monitoramento/avaliação. Mais que um ciclo de políticas públicas, estas quatro fases englobam os processos e mecanismos formais e informais que se sobrepõem e constantemente se alteram de acordo com um contexto histórico, social e ambiental específico, e a partir de como a configuração social se molda entre os diferentes atores envolvidos no processo (Nascimento, 2011, p. 7).

Para Nascimento (2021) a governança ambiental não se limita apenas ao governo, mas também envolve uma ampla gama de atores, incluindo empresas, organizações da sociedade civil, comunidades locais e instituições internacionais. Ela se baseia em princípios como participação pública, transparência, responsabilidade, equidade e cooperação entre diferentes partes interessadas.

Ainda nessa perspectiva, Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1471) afirmam que “a governança ambiental envolve todos e cada um nas decisões sobre o meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto que é manter a integridade do planeta.”

Portanto, falar de governança ambiental implica equilibrar os interesses de todos aqueles que contribuem para o sucesso atual e futuro da empresa, seja por meio da criação de valor sustentável para os diversos agentes de um sistema, assim como para os acionistas e outras partes interessadas de longo prazo (Rajan; Zingales, 1998; Jo; Harjoto, 2012).

Entende-se que a governança ambiental eficaz requer uma abordagem integrada e colaborativa que leve em consideração as interconexões entre os sistemas sociais, econômicos e ambientais, buscando equilibrar o desenvolvimento humano com a conservação e proteção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Nesse sentido, é fundamental compreender a história da questão ambiental, que será o tema do próximo tópico.

3.5 História da questão ambiental

A primeira cientista a pensar no meio ambiente como algo holístico foi Carson ao escrever o livro "Silent Spring "ou" Primavera Silenciosa" de Carson (1962). No livro, ela alerta para o uso indiscriminado de produtos químicos e seus efeitos aos seres vivos, à saúde humana e à natureza de maneira geral. E, desperta assim, uma consciência ambiental global evocada a partir da publicação, marcando a preocupação com os problemas ambientais do planeta.

Após isso, ocorreu em Paris, no ano de 1968, a Conferência da Biosfera, sendo considerada o princípio da Conferência Ambiental das nações unidas ocorrida no ano de 1972 em Estocolmo, na Suécia. A partir dessa primeira conferência, outros eventos passam a acontecer, tratando das questões ambientais, assim, mobilizando as cúpulas políticas do mundo todo.

A Comissão Brudtland, difunde um relatório, com o nome de “Nosso Futuro Comum”, destacando a importância de proteger o meio ambiente e, sucessivamente, o desenvolvimento sustentável, no ano de 1987. 20 anos após a conferência de Estocolmo, foi realizada a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, e, ficou conhecida como: “cúpula da Terra” ou “Rio 92”. Essa conferência foi de suma importância, pois, nela elaborou-se a Carta da Terra (também chamada Declaração do Rio) e a Agenda 21.

Nas ações propostas pela Agenda 21, encontravam-se objetivos que visavam preparar o mundo para os desafios do próximo século. A agenda traz em seu bojo o combate à pobreza, a padrões de consumo exagerados, à destruição da atmosfera, ao desmatamento, à poluição dos oceanos, ao descarte de substâncias tóxicas, entre outros. E cada país assumiu a responsabilidade de implementar condutas para atingir os objetivos e as metas estabelecidas no documento. Este foi o primeiro passo, desde que o relatório Brudndtland suscitou a questão do desenvolvimento sustentável como a solução dos problemas ambientais.

Para averiguar o compromisso dos países com a agenda 21, foi realizado cinco anos depois um encontro durante a Assembleia Geral da ONU, em 1997. E em 2002, ou seja, 10 anos depois, ocorreu o Rio+10, um encontro de cúpula promovido pela ONU em Johannesburgo na África do Sul, e, dessa vez, o objetivo era fazer as resoluções acontecerem e saírem do papel. A declaração de Johannesburgo teve o mesmo princípio da Agenda 21, porém com desígnios mais detalhados e foi dada maior ênfase à globalização, à biodiversidade, ao acesso à água, à saúde, ao saneamento e à energia.

Em 2009, ocorreu a COP15 ou Conferência de Copenhague, que tinha como foco as discussões relacionadas ao clima. A pauta foi a redução da emissão dos gases de efeito estufa. A conferência Rio + 20 foi realizada em 2012, marcando os 20 anos da Cúpula da Terra. Esse encontro serviu para renovar os compromissos assumidos nas reuniões anteriores em relação às questões ambientais, mas o foco das discussões girou em torno de temas como: segurança alimentar, cidades sustentáveis, saneamento básico, saúde, redução de riscos de desastres, biodiversidade e a proteção de oceanos e mares.

Outros pontos importantes desse encontro foram: as tratativas sobre a “economia verde”, que buscam um desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional que possibilita esse desenvolvimento. Em 2015 ocorreu a COP21, onde assinou o Acordo de Paris. Documento assinado por 195 países, e que passou a vigorar no final de 2016. No documento ficou estabelecido que a temperatura do planeta não deverá aumentar mais que 2 °C., ou seja, a meta é reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada em 2021, chamada de COP 26 ocorreu em Glasgow, na Escócia, e teve como objetivo detalhar as estratégias para conter o aquecimento global. Na 27ª sessão da Conferência do Clima, ocorrida na cidade de Sharm El-Sheikh, no Egito em 2022 (COP 27), o principal destaque foi a criação de um fundo de perdas e danos, e também, a cooperação internacional para o cumprimento das metas estabelecidas em sessões anteriores, que visam a acelerar as ações globais sobre o clima e a reduzir as emissões de gases do efeito estufa, na atmosfera.

É importante ressaltar que, embora as Conferências Ambientais pareçam seguir uma ordem cronológica, isso não se aplica de fato à gestão ambiental, porque questões ambientais estão diretamente relacionadas às políticas governamentais e, por isso, apresentam avanços e retrocessos. No próximo tópico, serão abordadas questões sobre a sustentabilidade.

3.6 Definição do conceito de sustentabilidade

A ONU (Organização das Nações Unidas) tem publicado nas mídias relatórios sobre temas ambientais, refletindo a crescente pressão pública quanto à relação entre ser humano e planeta. Isso pode ser entendido a partir de uma análise mais ampla do consumismo global, que talvez explique o porquê da sustentabilidade ser um tema central nas discussões sobre crescimento econômico, inclusão social e meio ambiente (Arruda; Quelhas, 2010).

Primeiramente, é preciso compreender a definição de sustentabilidade, pois certas palavras, embora amplamente reconhecidas, possuem definições literais complexas, como, por exemplo, liberdade, justiça e sustentabilidade. Diante disso, indaga-se: o que é este “meio ambiente” de que tanto falamos? Aceita-se, então, como funcional e operacionalizável o conceito de “ecosfera”, delimitado e esquematizado por Jollivet e Pavé (1997, p. 63).

O meio ambiente é reconhecido como parte da ecosfera, que, segundo Jollivet e Pavé (1997, p. 63), é “um conjunto de meios naturais ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou

e que ele explora, administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e considerados necessários à sua sobrevivência.”

Nesse sentido, a crise ambiental introduz limitações que ressignificam o pensamento social, especialmente a partir dos anos 1960, quando movimentos contraculturais questionaram padrões de consumo, propondo limites ao crescimento (Clube de Roma). É então que surgem o conceito de capacidade de suporte em ecologia e, em seguida, o conceito de sustentabilidade como tentativa de compatibilizar o crescimento populacional humano com a preservação dos recursos naturais (Leff, 2000).

O conceito de sustentabilidade surgiu em meio à crescente preocupação com os impactos ambientais provocados pelas atividades humanas. O termo "sustentável" foi usado pela primeira vez em 1906, pelo químico sueco Alfred Nobel, para descrever um tipo de agricultura que não esgotasse os recursos naturais.

Para Boff (2016), sustentabilidade possui dois significados: no sentido passivo e no ativo. O passivo vem do latim *sustentare*, significando sustentar-se, equilibrar-se, conservar-se, manter-se. Já no sentido ativo, sustentar implica uma ação externa de conservar, manter, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir e viver.

O conceito de sustentabilidade transcende os limites dos conceitos puramente ambientais, permeando os domínios da política, sociedade, justiça e direitos humanos. Após a Segunda Guerra Mundial, a preocupação com os problemas ambientais e os baixos níveis de desenvolvimento abriram espaço para discussões sobre o desenvolvimento sustentável. Na década de 1980, o conceito de sustentabilidade foi incorporado ao desenvolvimento econômico com a publicação do Relatório Brundtland, *Nosso Futuro Comum*, que define o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 49). Esse relatório apresenta, ainda, dois conceitos-chave:

- o conceito de “necessidades”, especialmente as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber máxima prioridade;
- a noção de limitações impostas pela tecnologia e organização social ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Satisfazer as necessidades humanas é o principal objetivo do desenvolvimento sustentável, que visa alterar a relação entre homem e natureza, reconhecendo que os recursos são limitados e propondo uma nova forma de desenvolvimento econômico centrado no ambiente. Defende-se

o uso responsável dos recursos naturais com abordagens inovadoras que priorizam o bem-estar humano a longo prazo, contrastando com a ideia de crescimento econômico dependente do consumo crescente de energia e de recursos naturais.

Essas observações indicam que o desenvolvimento sustentável requer a conservação das espécies vegetais e animais e a proteção dos bens comuns, como ar e água. O relatório Brundtland ou *Nosso Futuro Comum* (1991, p. 49) estabelece que, para o desenvolvimento sustentável acontecer de fato, é “preciso minimizar os impactos adversos sobre a qualidade do ar e da água e dos outros elementos naturais, semelhante a manter a integridade global do ecossistema”.

Compreende-se que o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança onde a utilização de recursos, gestão de investimentos, desenvolvimento tecnológico e mudanças institucionais aumentam o potencial atual e futuro de satisfação das necessidades humanas. Atualmente, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), foram estabelecidos objetivos e metas para os próximos 15 anos, focados em áreas essenciais: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Esses elementos são apresentados no quadro 2.

Quadro 2: Elementos subjacentes do desenvolvimento sustentável

Objetivos e Metas	
Pessoas	acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em termos de dignidade e igualdade num ambiente saudável.
Planeta	proteger o planeta da degradação, do consumo exacerbado com adoção de práticas sustentáveis, com medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que seja possível atender as necessidades das gerações presentes e futuras.
Prosperidade	Garantir que todas as pessoas possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra de forma harmônica com o meio ambiente.
Paz	propiciar sociedades pacíficas, corretas e acolhedora sem exclusão, livres de medo e da violência. Não há desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável.
Parceria	sensibilizar os meios necessários para efetivar a agenda 2030 por meio de parceria com todas as nações um Desenvolvimento Sustentável revigorada, com base na solidariedade e fortalecida, com destaque especial nas necessidades dos indivíduos com maior vulnerabilidade, e com a participação de todos os países, todos os grupos interessados e todas as pessoas.

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

O conceito de sustentabilidade está intimamente ligado ao desenvolvimento sustentável e envolve a criação de medidas que visam garantir a sustentação da sociedade em termos

econômicos, ambientais e sociais. Nesse aspecto vale ressaltar a que a economia circular está intimamente relacionada aos princípios da sustentabilidade. Ela contribui para a redução da pegada ecológica e ajuda a enfrentar problemas como o esgotamento de recursos naturais, as mudanças climáticas e a poluição ambiental. Ao focar na economia regenerativa, a economia circular visa criar um ciclo contínuo de produção e consumo que não prejudique o meio ambiente e, ao mesmo tempo, promova o bem-estar social e econômico. Assim, para além de ações puramente ambientais, a sustentabilidade baseia-se na realização de metas que beneficiam tanto a economia quanto a sociedade.

Por isso, o conceito de sustentabilidade tem sido amplamente adotado por governos, empresas e organizações não governamentais, e tornou-se um dos principais temas da agenda global. Segundo Barbieri e Silva (2011):

a substituição da expressão desenvolvimento sustentável pela palavra sustentabilidade não é mera operação linguística. Nessa expressão, desenvolvimento é um substantivo concreto, adjetivado pela palavra sustentável, de modo que o que importa é o desenvolvimento entendido como melhoria da qualidade de vida de todos os humanos, o que significa o provimento de justiça social, obtido de modo que respeite as condições e características do meio ambiente como um legado às futuras gerações para que elas possam prover suas subsistências com qualidade de vida. Sustentabilidade, um substantivo abstrato, já não carrega mais as questões relativas ao desenvolvimento e, entre elas, as ideias de projetos políticos conduzidos pelo interesse público (Barbieri e Silva 2011, p. 70).

A governança e a sustentabilidade são, portanto, temas integrados. Segundo Marques, Melo e Wanderley (2016), os mecanismos de sustentabilidade e governança, apesar de sua inegável importância, ainda são pouco aplicados na prática organizacional, com foco na esfera corporativa. Claramente, a governança e a sustentabilidade são importantes nas discussões acadêmicas, posto que uma compreensão mais profunda é importante, uma vez que, ao discutilas e compreendê-las, facilita a aplicação prática e a compreensão dos benefícios sociais e empresariais.

3.7 A relação entre empresa e o desenvolvimento sustentável

Sabe-se que as empresas são, em grande parte, responsáveis pela sustentabilidade, além de serem o centro do movimento econômico, criando empregos e atendendo às necessidades de sobrevivência da sociedade. Compreende-se também que os impactos causados pelas empresas ao meio ambiente refletem em seus mercados de atuação e na imagem das organizações perante a opinião pública.

Por isso, as empresas devem ter atenção especial ao uso dos recursos naturais, preservando seu capital em todos os aspectos para promover o desenvolvimento econômico e preservar o meio no qual estão inseridas. Atualmente, muitas empresas passaram a incorporar a questão ambiental em seus relatórios e a adotar sistemas de gestão ambiental, além de investir em procedimentos que reduzam os impactos ambientais de suas atividades (Rover; Borba; Borgert, 2008, p. 3).

A sustentabilidade empresarial está relacionada a diversos fatores, como o manejo florestal, a biodiversidade e a gestão de resíduos. Esses meios contribuem para o reconhecimento de uma empresa como sustentável e aumentam sua credibilidade no mercado. As estratégias usadas pelas empresas para reduzir os impactos ambientais negativos de suas operações são chamadas de desenvolvimento sustentável.

Para Dias (2009), “a sustentabilidade é de suma importância em uma empresa” e, atualmente, cada vez mais organizações buscam adotar práticas sustentáveis em seus processos produtivos, acreditando que essas práticas podem trazer maiores ganhos a médio ou longo prazo. Hoje, é evidente para a sociedade empresarial que ultrapassar os limites ambientais causa um efeito dominó nos sistemas naturais e sociais globais. O planeta está vivenciando mudanças irreversíveis, e as alterações climáticas se tornaram demasiado perigosas para serem ignoradas.

As empresas veem pressão e oportunidades para definir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), caso ainda não o tenham feito. Os ODS, definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, têm metas a serem alcançadas até 2030 e estabelecem objetivos universais para a sustentabilidade empresarial em áreas como pobreza, desigualdade, degradação ambiental e mudanças climáticas.

Na atualidade, a questão da sustentabilidade se tornou cada vez mais presente, ganhando ainda mais força com o conceito de sustentabilidade corporativa, baseado em medidas que diminuem os impactos ambientais. Assim, as empresas têm adotado práticas sustentáveis que abrangem as esferas social, ambiental e econômica, promovendo uma relação mais harmoniosa entre natureza e humanidade. Há um grande debate sobre a definição do termo sustentabilidade corporativa, que é associado a termos como responsabilidade social, responsabilidade social corporativa e cidadania corporativa.

No entanto, o termo sustentabilidade corporativo refere-se aqui a empresas sustentáveis, que conciliam responsabilidade socioambiental com aspectos econômicos. Essas empresas, ao implementar práticas sustentáveis, não apenas contribuem para a conservação do planeta, mas

também incentivam o avanço social, melhorando a qualidade de vida e promovendo o crescimento econômico.

Conforme a revista *Forbes*, uma pesquisa realizada pela plataforma Opinião Box em 2021 mostrou que pelo menos 82% dos brasileiros consideram a sustentabilidade um tema importante. Os resultados da pesquisa destacam a opinião da população sobre meio ambiente e negócios.

As mudanças climáticas, a redução dos recursos naturais e a crescente demanda por energia e alimentos estão impactando os negócios e as cadeias de suprimentos de forma inesperada. É essencial que as organizações públicas e privadas repensem como operam.

Tornar-se uma empresa sustentável de sucesso exige um novo nível de flexibilidade e agilidade, baseado em práticas responsáveis que protegem o planeta.

O desenvolvimento sustentável é um pré-requisito absoluto para o sucesso empresarial e deve ser a base da estratégia e das operações de cada organização. Isso se justifica tanto por razões éticas quanto econômicas: uma pesquisa da International Business Machines (IBM, 2023) revela que:

- Os funcionários buscam cada vez mais empregadores com propósito e que se preocupem com o planeta. Cerca de 71% dos empregados e candidatos a emprego afirmam que empresas sustentáveis tornam os empregadores mais atraentes.
- Os consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos de marcas ambientalmente responsáveis, e 80% dos consumidores confirmam que a sustentabilidade é importante para eles.

Atualmente, governos, investidores, funcionários e clientes exigem novas responsabilidades das empresas, incluindo ações para combater as mudanças climáticas. Muitas das maiores economias do mundo estão desenvolvendo requisitos de divulgação ambiental, forçando as empresas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A ascensão dos critérios de investimento ambiental, social e de governança (ESG) e do investimento sustentável torna os negócios sustentáveis mais atraentes para um número crescente de investidores responsáveis. Nesse contexto, Galvão (2008) aponta várias vantagens de adotar um modelo de negócio sustentável, destacando que esse é um diferencial competitivo que inclui benefícios como deduções fiscais e maior probabilidade de lucro e perenidade. De acordo com a IBM (2023), os investimentos em ativos ESG poderão atingir US\$ 53 trilhões até 2025, representando mais de um terço dos ativos globais. Para proteger o planeta e o futuro da humanidade, as empresas devem promover a redução das emissões de dióxido de carbono,

cumprir as exigências da legislação ambiental e otimizar o consumo de recursos. As empresas que lideram práticas sustentáveis adotam novos modelos de negócio para conquistar clientes, aumentar a fidelidade à marca e explorar formas de reduzir custos.

A sustentabilidade empresarial não implica, necessariamente, em custos mais altos, processos mais burocráticos ou retornos financeiros menores. A sustentabilidade se apoia em uma visão empresarial onde o desempenho socioambiental anda de mãos dadas com o desempenho econômico como um novo paradigma que prioriza a longevidade e a permanência organizacional. "Triple Bottom Line" (Tripé da Sustentabilidade) foi originalmente apresentada por John Elkington em 1994. Exemplo disso é apresentado na figura 05, que ilustra o tripé de Bottomline: pessoas, planeta e lucro.

Figura 4: Tripe de Bottomline ou tripe da sustentabilidade empresarial



Fonte: Lins e Zylbersztajn (2010)

O conceito de *Triple Bottom Line*, ilustrado na figura apresentada, refere-se ao esforço conjunto necessário por parte das empresas para garantir a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social. Barbieri e Cajazeira (2009) afirmam ainda que:

O *Triple BottomLine* - TBL trouxe a constatação de que, se os empresários e governantes não cuidarem do meio ambiental, podem ter problemas futuros, como escassez de matéria-prima e ainda de consumidores, além do remorso por colaborar para a destruição do planeta Terra (Barbieri e Cajazeira, 2009, p.10).

Nesse sentido Barbieri e Cajazeira (2009) explicita que uma empresa sustentável é aquela que considera questões ambientais a curto, médio e longo prazo, reconhecendo sua interdependência como agentes internos, como colaboradores, e externos, como fornecedores e clientes.

Na dimensão ambiental, Silva (2012) afirma que toda atividade econômica tem impacto ambiental negativo; assim, a empresa deve buscar reduzir esses impactos e compensar o que não pode ser minimizado. Nesse contexto, Bueno e Salvador (2013) ressaltam que, para se adequar a essa dimensão, a empresa deve seguir a legislação ambiental e adotar práticas simples, como o uso responsável da água e energia e o descarte adequado dos resíduos que produz.

A dimensão social de uma empresa está relacionada ao capital humano e aos aspectos de bem-estar dos colaboradores. Inclui também a comunidade em que a empresa está inserida, visando melhorias em áreas como educação e segurança. Bueno e Salvador (2013) afirmam que, para atender essa dimensão, a empresa deve investir no desenvolvimento da comunidade, em segurança do trabalho, saúde ocupacional e treinamento dos colaboradores, além de cumprir práticas alinhadas com seus propósitos.

A responsabilidade social das empresas, tanto no Brasil quanto no mundo, extrapola as questões ambientais, abrangendo elementos de sobrevivência e dignidade humana. Isso exige um compromisso dos agentes econômicos em lidar com o paradoxo entre o avanço tecnológico e as contradições de um modelo econômico excludente, que impactam diretamente a vida em sociedade e a dignidade humana.

A dimensão financeira refere-se aos resultados econômicos. Para atender a essa dimensão, a empresa deve manter ou aumentar sua receita, pagar impostos, oferecer salários justos e obter lucro. A inovação, que catalisa a mudança de paradigma, envolve a criação de novos produtos e o redesenho de processos e modelos de negócios. Empresas sustentáveis são agentes de mudança e diferenciam-se no mercado com produtos de qualidade e ambientalmente sustentáveis, atraindo consumidores cada vez mais conscientes.

Acreditar que apenas grandes empresas precisam agir de forma sustentável é um equívoco; micro e pequenas empresas também devem refletir sobre o impacto de suas atividades na sociedade e no ecossistema. Soares (2021) aponta que ações simples, como trocar lâmpadas comuns por LED ou reduzir o consumo de copos descartáveis, já produzem efeitos positivos na receita e no ambiente.

Seguindo essa perspectiva, Katsouli (2021) afirma que um negócio socialmente responsável tem vantagem visível sobre outro que não compartilha do mesmo propósito. Consumidores e

fornecedores modernos estão cada vez mais conscientes disso e tendem a preferir organizações sustentáveis.

Outro ponto relevante é que investidores buscam retornos financeiros aliados a investimentos éticos e responsáveis, em empresas que conduzem relações com todos os seus públicos de interesse com equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade. Esses princípios são indícios de uma governança corporativa positiva e de um bom desempenho empresarial (Bektur; Arzova, 2020).

Segundo a *Revista Forbes* (2021), uma pesquisa da plataforma Opinião Box com 2.203 participantes mostrou que 37% dos entrevistados já deixaram de consumir produtos de empresas que não atendem à agenda de preservação ambiental. Para Barbosa (2007), o surgimento do conceito de TBL (Triple Bottom Line), criado por Larry Michael no final dos anos 1970, foi essencial para a mudança de paradigma nas empresas, que passaram a olhar além do lucro.

É importante ressaltar que, segundo Almeida (2021), a sustentabilidade corporativa serve de base para o surgimento e a recente revitalização do ESG (Ambiental, Social e Governança). Para ele, sem a sustentabilidade corporativa, o ESG não existiria. Em essência, enquanto a sustentabilidade corporativa busca garantir a responsabilidade das empresas, o ESG estabelece indicadores específicos para avaliar o desempenho organizacional.

O ESG, portanto, é uma classificação utilizada no mercado financeiro para avaliar a sustentabilidade e o desempenho de uma empresa. Ele considera fatores como impacto ambiental, responsabilidade social e práticas de governança. Ao implementar iniciativas robustas de sustentabilidade, as organizações podem obter classificações ESG favoráveis, refletindo seu compromisso com a sustentabilidade corporativa. No próximo tópico, será discutida a importância do ESG nos negócios, promovendo uma compreensão mais aprofundada sobre o tema.

3.8 A importância do ESG (Ambiental, Social e Governança) nos negócios

A crescente preocupação com a sustentabilidade e a responsabilidade social tem levado investidores e empresas a reavaliarem suas práticas e desempenhos. Nesse contexto, o conceito de ESG, que aborda questões ambientais, sociais e de governança, emergiu como uma ferramenta essencial para medir e comunicar o impacto das atividades empresariais. Originado em um relatório da ONU em 2004, o ESG não apenas reflete a evolução das expectativas do

mercado, mas também indica uma mudança significativa na forma como os negócios são avaliados. A seguir, exploraremos a definição de ESG e sua relevância no atual cenário econômico.

O termo ESG, que em inglês significa *Environment, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), refere-se a fatores que avaliam o desempenho sustentável das empresas. Esse conceito surgiu em um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado *Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World* (2004). De acordo com Eccles, Lee e Strohle (2020), o ESG representa uma perspectiva do mercado financeiro sobre a sustentabilidade.

É importante destacar que, em 2020, logo após o início da pandemia de COVID-19 e impulsionado pela crescente atenção do mercado internacional, observou-se uma “expansão” do conceito de ESG. Esse fenômeno serviu como um lembrete do desequilíbrio entre os sistemas econômico, social e ambiental (Donthu; Gustafsson, 2020). Essa realidade evidencia a ruptura da relação da sociedade com o meio ambiente e revela a vulnerabilidade da interdependência entre as dimensões econômica e social.

A crescente conscientização sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente tem impulsionado as empresas a reavaliarem suas operações. Autores como Elkington (1997), Porter e Kramer (2011), e Eccles, Loannou e Serafeim (2014) abordam essa nova perspectiva, ressaltando que o conceito de ESG se fundamenta em três princípios essenciais que orientam tanto o progresso quanto a tomada de decisões: proteção ambiental, bem-estar social e governança eficaz. Esses pilares direcionam as práticas de gestão nas organizações.

A implementação de parâmetros ESG desde cedo pode resultar em benefícios financeiros, refletindo o compromisso das instituições com práticas sustentáveis. Isso também oferece uma oportunidade para uma adaptação estratégica às exigências ambientais e sociais (Veenstra; Ellemers, 2020).

A urgência em enfrentar as mudanças climáticas foi destacada na Avaliação de Progresso, que permanece uma questão crítica nas agendas das escolas de negócios ao redor do mundo. Pesquisas anteriores apontam para lacunas no monitoramento e na avaliação do desempenho sustentável das organizações. Segundo Niemoller (2021), o termo ESG tornou-se um tema central nas discussões das lideranças empresariais, especialmente entre aquelas avaliadas pelo mercado financeiro, evidenciando problemas que impactam não apenas as empresas, mas toda a sociedade.

O vice-presidente da Fieg (Federação das Indústrias do Estado de Goiás), Flávio Rassi, destaca que os pilares ESG estão se consolidando como uma tendência essencial no cenário de investimentos, podendo até se tornar um requisito fundamental para a permanência das empresas no mercado. Novas estratégias de marketing oferecem maior visibilidade às iniciativas da Fieg no cenário global, evidenciando as ações das empresas associadas. Além disso, os pilares ESG têm um impacto significativo na competitividade do mercado, conforme aponta o coordenador do Núcleo da Fieg, segundo Rassi (2021):

[...] os empresários que buscam implantar processos de mitigação de riscos nos negócios, observando as práticas de governança ambiental, social e corporativa terão maior oportunidade de uma competitividade empresarial positiva. "Isso deve estar evidente e de forma indispensável em um futuro não muito distante. Acredito que em 5 anos essas práticas já serão fundamentais para o crescimento e investimento desta empresa nos mercados interno e externo. Quem optar por não implantar, provavelmente terá enorme dificuldade de permanência corporativa estável, principalmente em competir com negócios ESG (Rassi, 2021, n.p.).

Na sequência, a coordenadora de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Solubio, Rafaela Vendruscolo (2023), destaca que o conceito de ESG oferece uma nova perspectiva tanto para o mercado quanto para a sociedade, especialmente no que tange ao desenvolvimento sustentável das empresas. Ela afirma que:

Os pilares ambiental, social e de governança permitem construir uma reputação com efeitos cada vez mais positivos. Esta abordagem também permite uma análise mais profunda da gestão de riscos e oportunidades, o que leva à fidelização do cliente. A adesão a este programa promove produtividade e relações sociais saudáveis com os colaboradores. Hoje as pessoas consideram não apenas o valor dos produtos, mas também o propósito da empresa (Vendruscolo, 2023, n.p.).

A implementação do pilar ESG (Ambiental, Social e Governança) está provocando um impacto significativo em diversos setores da economia. Ao considerar os aspectos ambientais, as empresas podem adotar práticas de gestão de recursos naturais que não apenas se mostram mais eficientes, mas também contribuem para a redução das emissões de poluentes, promovendo um ambiente mais saudável.

Em relação aos aspectos sociais, as organizações são incentivadas a implementar ações que fomentem a diversidade, a igualdade e a inclusão no ambiente de trabalho, criando assim uma cultura corporativa mais rica e plural. Como argumenta o professor Richard Florida (2002), a diversidade é um motor essencial para a inovação e a criatividade nas organizações. Já a governança abrange questões essenciais, como a transparência operacional e a ética empresarial, pilares fundamentais para a confiança e a credibilidade no mercado, conforme

destacado por Porter e Kramer (2006) em sua obra *Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility*.

Os benefícios dessas práticas são numerosos: maior eficiência operacional, mitigação de riscos, aumento do valor da marca e atração de investidores mais sofisticados e conscientes. No estado de Goiás, bem como em outras regiões do Brasil e do mundo, empresas reconhecem a necessidade de reavaliar e transformar seus métodos de produção à luz dessas novas diretrizes. Um exemplo notável é a agroindústria Solubio, localizada em Jataí, no sudoeste goiano, cuja adoção de práticas sustentáveis é um dos fatores que impulsionam a ascensão do setor industrial local.

As empresas goianas, foco deste estudo, estão se tornando cada vez mais sensíveis às questões ambientais, sociais e de governança. Essa mudança de comportamento pode ser atribuída a dois fatores principais:

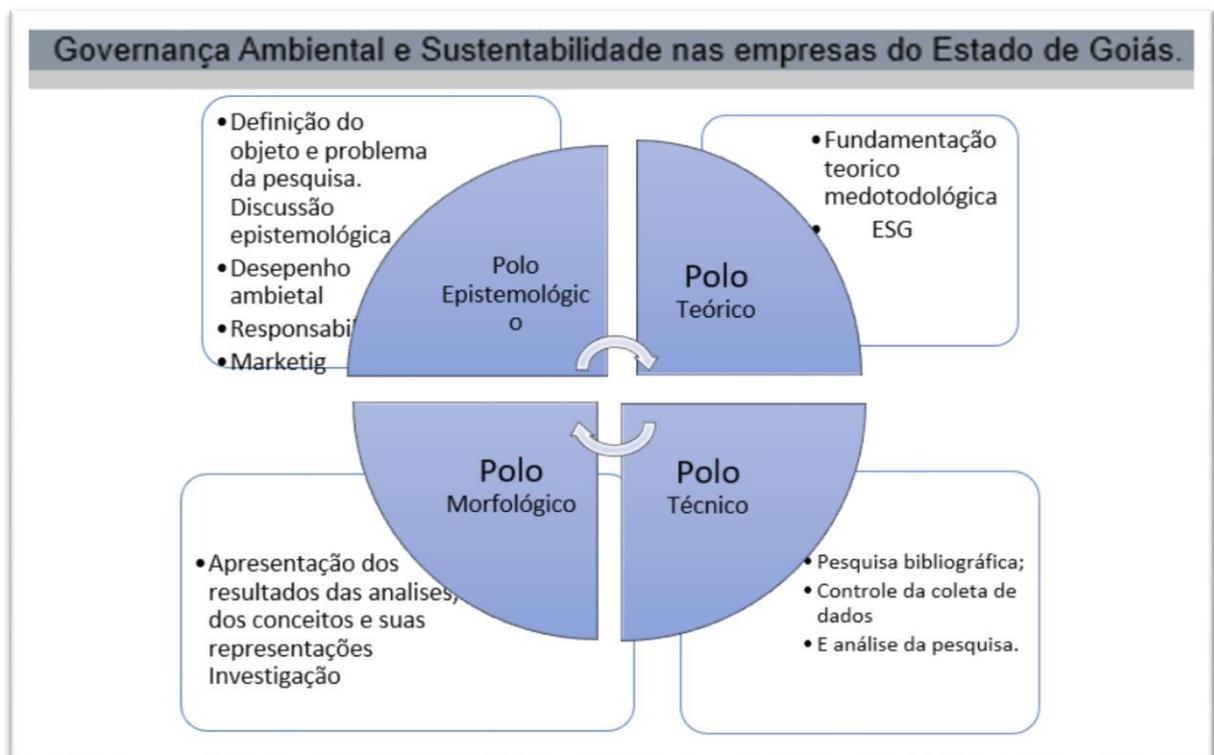
1. A necessidade de reparação histórica, pois muitas organizações, ao longo de suas trajetórias, causaram impactos negativos não apenas ao meio ambiente, mas também às comunidades em que operam.
2. A criação de valor para a própria empresa, uma vez que práticas sólidas em relação aos critérios ESG são altamente valorizadas pelo mercado financeiro. Empresas que conseguem apresentar bons indicadores ESG se colocam em uma posição de vantagem competitiva, resultando na valorização de seus ativos. Isso se traduz em um ambiente de negócios com melhor qualidade de vida, pois os investidores passam a avaliar não apenas o desempenho econômico, mas também o comportamento ético e os valores não financeiros das empresas.

O conceito de ESG se fundamenta na premissa de que a conscientização e a prática em relação às questões ambientais, sociais e de governança influenciam decisivamente os resultados organizacionais. Além disso, oferece um conjunto de dados valioso para investidores e analistas financeiros. Nesse contexto, a informação financeira está evoluindo em direção a uma abordagem integrada, em que o desempenho ambiental, social e econômico se torna essencial para avaliar a qualidade e o sucesso de uma organização. Assim, os indicadores ESG emergem como elementos centrais na cadeia de investimentos e nos mercados financeiros, orientando as decisões de investimento e contribuindo para um futuro mais sustentável e responsável.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa é estruturada para avaliar o desempenho ambiental das empresas do seguimento industrial localizadas no Estado de Goiás, com foco em analisar o comprometimento das empresas em relação às práticas ambientais, sociais e de governança. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados com perguntas fechadas, utilizando a plataforma Google Forms. Esta investigação baseia-se no método quadripolar. Segundo Silva e Almeida (2014), o método quadripolar foi proposto por Herman e De Schoutheete, pesquisadores da Universidade de Lovaina (Bélgica), em 1974, e caracteriza-se por abordar a pesquisa científica como um sistema composto por quatro polos distintos, interdependentes e interativos. Esses polos dialogam e se complementam, formando uma estrutura integrada. O método combina abordagens quantitativas e qualitativas, definindo e integrando os resultados da investigação em quatro polos principais: epistemológico, teórico, técnico e morfológico, conforme apresentado na Figura 06.

Figura 5: Método Quadripolar interação entre os polos



Fonte: Adaptado de Armando e Almeida (2011)

Nesta dinâmica quadripolar de investigação, como mostrado na Figura 06, assumem particular relevância os seguintes polos:

- **Polo epistemológico:** parte do pressuposto de uma abordagem diagnóstica que se baseia em uma atitude questionadora e investigativa em relação aos temas a serem explorados na pesquisa, bem como nos requisitos necessários para definir o objeto de conhecimento a ser estudado. Nesse sentido, Bruyne, Herman e Schoutheete (1974) afirmam que:

“O polo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica. Ao longo de toda a pesquisa ele é a garantia da objetivação – isto é, da produção – do objeto científico, da explicitação das problemáticas da pesquisa. Encarrega-se de renovar continuamente a rutura dos objetos científicos com os do senso comum. Decide, em última instância, das regras de produção e de explicação dos factos, da compreensão e da validade das teorias. Explicita as regras de transformação do objeto científico, critica os seus fundamentos” (Bruyne, Herman; Schoutheete, 1974, p. 35).

Esse polo foi o fator gerador da presente pesquisa tendo como base questionadora: se Nas empresas Goianas do segmento industrial há o compromisso com o desenvolvimento sustentável e as práticas de uso sustentável dos recursos naturais? Nesse sentido é o polo que se preocupa, com todo o processo da pesquisa e, com a vigilância crítica.

- **Polo teórico** para Bruyne, Herman e Schoutheete (1991):

“O polo teórico guia a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos. É o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos. Propõe regras de interpretação dos factos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas. É o lugar de elaboração das linguagens científicas, determina o movimento da conceitualização” (Bruyne, Herman; Schoutheete, 1991 p. 35).

Uma vez que ele respalda o componente técnico e instrumental e dá sentido à explanação de resultados. Esse polo é o que atenta para a elaboração de hipóteses e a construção de conceitos; nesse sentido o polo permitiu a apresentação dos vários conceitos abordados na pesquisa como: conceito de governança, de sustentabilidade e outros.

- **Polo técnico** para Martins e Theóphilo (2009):

O polo técnico guia os procedimentos de coleta de dados e sua transformação em informação pertinente à problemática de pesquisa. A esse polo estão diretamente ligadas as estratégias ou delineamentos de pesquisa e as técnicas para coleta de informação, dados e evidências – escolhas práticas feitas pelos pesquisadores para permitir o encontro com os factos empíricos (Martins; Theóphilo, 2009, p. 4).

Nesse contexto, o polo técnico é essencial para controlar a coleta e análise das informações, transformando-as em dados relevantes para a questão investigada. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário estruturado, que utilizou a escala Likert de cinco pontos. De acordo com Oliveira (2021), essa escala pode ser aplicada através de questionários, entrevistas ou outras técnicas de coleta de dados. Com uma escala de 1 a 5, os participantes puderam indicar seu nível de concordância.

A matriz de estrutura lógica apresentada detalha as variáveis e indicadores adotados na investigação. Essa matriz contribui para mapear a relação entre as práticas das empresas e o desempenho socioambiental. As variáveis definem os aspectos específicos a serem analisados, como políticas ambientais, práticas sociais e governança. Já os indicadores medem o desempenho de cada variável, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa das práticas empresariais. O quadro 03 abaixo apresenta os pontos de abordagem operacional da pesquisa, elaborados com base no modelo conceitual desta investigação.

Quadro 3: Matriz de estrutura lógica de dimensão, indicadores e escopo do instrumento de pesquisa em governança ambiental e sustentabilidade

DIMENSÃO	INDICADORES	ESCOPO DA INVESTIGAÇÃO
Governança ambiental	Estrutura de governança	Modelo de governança
	Papel dos stakeholders (acionistas, público interno e externo)	Princípios e práticas de governança
Sustentabilidade socioambiental	Inovação para a Sustentabilidade	Gestão de inovação voltada para a sustentabilidade
	Práticas ambientais	Uso dos recursos naturais e emissões de resíduos,
Desempenho ambiental	Responsabilidade Social Corporativa	Ações de responsabilidade social empresarial

Fonte: Autora (2024)

O questionário deste estudo foi elaborado com base nas dimensões, indicadores e escopo da pesquisa.

• **Polo morfológico:** Nesta abordagem, a matriz delimita as dimensões, indicadores e o escopo do modelo de investigação aplicado à governança ambiental e à sustentabilidade. Segundo Silva (2014, p. 28), este polo abrange "a formalização dos resultados da investigação por meio da representação do objeto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que possibilitou a construção científica a respeito dele". O polo morfológico não apenas configura o objeto científico, mas também desvela todo o processo de sua construção, com especial ênfase na função de comunicação. Essa abordagem contempla tanto a organização quanto a apresentação dos dados.

Para a coleta de informações, foi elaborado um questionário na plataforma Google Forms, com 46 perguntas, que foi enviado a 150 empresas do setor industrial do Estado de Goiás. Um dos principais desafios da pesquisa foi a dificuldade em obter as respostas dos empresários

goianos, o que exigiu um esforço considerável em termos de abordagem e estratégias de engajamento. Vale destacar que os respondentes eram gestores de empresas associadas à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG). A coleta de dados ocorreu entre 2023 e 2024, resultando em 46 respostas, ou seja, 30,67% das empresas inicialmente contactadas.

Entre as empresas participantes, 28,03% atuam no setor de alimentos e bebidas, 60,9% empregam mais de 500 pessoas e 56,5% apresentam uma receita bruta anual superior a 60 milhões de reais. Com base nesses dados, as empresas participantes podem ser classificadas como de grande porte.

A concretização do polo morfológico se dá por meio da aplicação do questionário, cuja elaboração e aplicação estão documentadas no apêndice A, que materializa este aspecto. Para esta investigação, adotou-se o método de análise descritiva para interpretar os dados coletados. Essa análise utiliza a média como medida de tendência central e inclui a interpretação da frequência relativa percentual, além do Coeficiente de Variação de Pearson (CVP).

O Coeficiente de Variação de Pearson é uma medida relativa obtida pela razão entre o desvio padrão e a média de um conjunto de dados. Segundo Kalil (1977) e Gracia (1989), esse coeficiente avalia a precisão da pesquisa, expressando o desvio padrão como uma porcentagem da média. Sua principal vantagem é permitir a comparação de resultados de diferentes estudos que envolvem a mesma variável de interesse, facilitando a quantificação da precisão das pesquisas. Para analisar a homogeneidade da variável com base no Coeficiente de Variação (CV), é preciso calcular a razão entre o desvio padrão e a média, multiplicada por 100.

$$\text{Coeficiente de Variação (CV)} = (\text{Desvio Padrão} / \text{Média}) * 100$$

É importante destacar que o coeficiente de variação (CV) é uma medida relativa de dispersão expressa em porcentagem. Segundo Garcia (1989), um CV mais baixo indica menor variabilidade em relação à média, sugerindo uma maior homogeneidade dos dados. Em contrapartida, um CV mais alto sinaliza uma maior variabilidade e, conseqüentemente, menor homogeneidade.

As medidas estatísticas são essenciais para identificar e caracterizar elementos dentro de um conjunto de dados. Por se tratar de uma métrica relativa que calcula a razão entre o desvio padrão e a média, o CV pode ser utilizado para avaliar a precisão do instrumento de coleta de dados da pesquisa, assegurando a confiabilidade dos resultados obtidos. Poderemos verificar esse resultado no item 5 a seguir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A investigação foi examinada em três dimensões: governança ambiental, sustentabilidade socioambiental e desempenho ambiental. As respostas obtidas por meio do questionário geraram os resultados, que serão discutidos. A análise de cada tabela permitiu uma compreensão dos dados coletados.

Essas dimensões fornecem um arcabouço teórico robusto para a análise e possibilitam a identificação de inter-relações e padrões entre os diferentes aspectos abordados na pesquisa. A dimensão de governança ambiental enfoca as práticas e políticas que orientam as decisões em relação aos impactos sociais e ambientais, enquanto a sustentabilidade socioambiental avalia a capacidade de integrar considerações ambientais e sociais de forma equilibrada e duradoura nas empresas goianas.

5.1 Governança ambiental

Com base nos dados, infere-se que, em relação à dimensão de governança ambiental, a pesquisa pode ser considerada representativa, uma vez que as faixas de classificação dos coeficientes de variação apresentaram valores relativamente baixos. Essa baixa variação sugere uma homogeneidade significativa nos dados coletados, conforme evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1: Matriz de validação dos dados em referência a Governança Ambiental

Dimensões de análise das variáveis	Homogeneidade da variável	
	Coefficiente de Variação de Person %	Parâmetro do Indicador
Na minha empresa, o compromisso com o desenvolvimento sustentável está formalmente inserido na estratégia da empresa, mediante o fortalecimento do relacionamento com os públicos interessados (<i>stakeholders</i>) e pelas práticas de uso sustentável dos recursos naturais.	36,34	representativo
Na minha empresa, o público interessado (<i>stakeholders</i>) que mais influência na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa é a Direção Superior (acionista, conselho de administração, diretores).	33,33	representativo
Na minha empresa, o público interessado (<i>stakeholders</i>) que mais influência na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa são os meus concorrentes no segmento de mercado.	38,00	representativo
Na minha empresa, o público interessado (<i>stakeholders</i>) que mais influência na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa são os investidores institucionais.	41,18	representativo
As políticas e diretrizes de incorporação dos princípios e práticas de sustentabilidade dos negócios na minha empresa são geridas pelo comitê de sustentabilidade.	44,27	representativo

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

A análise da Tabela 1 indica que os dados sobre a variável de governança ambiental são representativos, visto que os coeficientes de variação de Pearson (CVP) estão abaixo de 50%. Com uma pontuação mínima de 33,33 e uma máxima de 44,27, o índice de representatividade é considerado robusto.

A Tabela 2 analisa a variável governança ambiental com um nível de significância de 5%. A matriz inclui indicadores como a média e o intervalo de confiança para cada afirmativa.

Tabela 2: Matriz de análise da variável a Governança socioambiental em nível de significância de 5%

Variáveis de análise de governança ambiental	Percepção do respondente			Indicadores análise	
	Discordo	Não tem elementos para opinar	Concordo	Média	Intervalo de confiança
Na minha empresa, o compromisso com o desenvolvimento sustentável está formalmente inserido na estratégia da empresa, mediante o fortalecimento do relacionamento com os públicos interessados (<i>stakeholders</i>) e pelas práticas de uso sustentável dos recursos naturais.	23,90	21,7	54,3	33,3	0,012573025
Na minha empresa, o público interessado (<i>stakeholders</i>) que mais influência na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa é a Direção Superior (acionista, conselho de administração, diretores).	23,90	28,3	47,8	33,33	0,011533151
Na minha empresa, o público interessado (<i>stakeholders</i>) que mais influência na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa são os meus concorrentes no segmento de mercado.	17,90	39,1	24,4	27,13	0,010776879
Na minha empresa, o público interessado (<i>stakeholders</i>) que mais influência na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa são os investidores institucionais.	28,30	32,6	39,1	33,33	0,012573025
As políticas e diretrizes de incorporação dos princípios e práticas de sustentabilidade dos negócios na minha empresa são geridas pelo comitê de sustentabilidade.	28,60	11,40	50,00	30,00	0,011533151

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

A tabela 2 indica que 54,3% dos respondentes concordam que o compromisso com o desenvolvimento sustentável está formalmente inserido nas estratégias da empresa. Por outro

lado, verifica-se o comprometimento da Direção Superior, onde (47,8%) tem como prioridade estratégica em defesa da sustentabilidade.

Em relação à influência dos investidores institucionais, observa-se um intervalo de confiança de 0,012573025 e um nível de concordância de 39,1%. Esses dados demonstram que os investidores institucionais são vistos como parceiros nas ações de sustentabilidade, sugerindo que a pressão, por parte desses stakeholders para implementação de prática sustentável.

5.2 Sustentabilidade socioambiental

Na análise da validação dos dados referentes à Sustentabilidade Socioambiental na Tabela 3, os resultados apresentados confirmam a validade da pesquisa realizada para este estudo, visto que todos os coeficientes de variação ficaram abaixo de 50%.

Tabela 3: Matriz de validação dos dados em referência à Sustentabilidade Socioambiental

Dimensões de análise das variáveis	Homogeneidade da variável	
	Coefficiente de Variação de Person %	Parâmetro do Indicador
Na sua opinião, a aplicação de padrões tecnológicos de produção para redução de poluentes impacta o sistema de produção da sua empresa?	38,86	representativo
Na sua opinião, a aplicação de padrões de controle de qualidade ambiental a ser observados em relação ao uso dos recursos naturais (água, terra, ar) impacta o sistema de produção da sua empresa.	42,47	representativo
Na sua opinião, a gestão de resíduos e produtos perigosos traz impactos ao sistema de produção da empresa?	36,07	representativo
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação às ações da empresa, tendo como referência a redução de resíduos de matéria-prima do sistema de produção da empresa nos últimos três anos?	41,18	representativo
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação às ações da empresa, tendo como referência a redução da emissão de resíduos sólidos e efluentes líquidos do sistema de produção da empresa nos últimos três anos?	36,78	representativo

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

A aplicação de padrões tecnológicos para a redução de poluentes é vista como impactante no sistema de produção, com consistência nas respostas coeficiente de 38,86%. A aplicação de padrões de controle da qualidade ambiental, especialmente no uso de recursos naturais, também é considerada impactante, com homogeneidade nas respostas Coeficiente de Variação de

Pearson de 42,47%. A gestão de resíduos e produtos perigosos é percebida como relevante para o sistema de produção, com respostas uniformes coeficiente de 36,07%. A Tabela 4, a seguir, oferece uma visão geral das percepções dos respondentes sobre diferentes aspectos da sustentabilidade ambiental.

Tabela 4: Matriz de análise da variável sustentabilidade ambiental em nível de significância de 5%

Variáveis de análise de sustentabilidade ambiental	Percepção do respondente			Indicadores análise	
	Discordo	Neutro	Concordo	Média	Intervalo de confiança
Na sua opinião, a aplicação de padrões tecnológicos de produção para redução de poluentes impacta o sistema de produção da sua empresa?	23,70	10,9	65,3	3,75	0,048151
Na sua opinião, a gestão de resíduos e produtos perigosos traz impactos ao sistema de produção da empresa?	21,70	23,9	54,4	3,45	0,044169
Na sua opinião, qual avaliação que você faz em relação às ações da empresa. Tendo como referências o consumo de água no sistema de produção da empresa nos últimos anos?	17,90	39,1	24,4	27,13	0,010777
Na sua opinião, qual avaliação que você faz em relação às ações da empresa. Tendo como referências a emissão de gases do efeito estufa pelo sistema de produção da empresa nos últimos anos?	28,30	32,5	39,1	33,33	0,012573

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

A percepção sobre a aplicação de padrões tecnológicos para a redução de poluentes é predominantemente positiva, assim como a gestão e a diminuição de resíduos de matéria-prima, que também recebem avaliações favoráveis. Quanto à aplicação de padrões tecnológicos para a redução de poluentes, 65,3% dos respondentes concordam que essa prática impacta positivamente o sistema de produção. O intervalo de confiança de 0,048151021 sugere a aceitação dessa prática. Diante dessa alta taxa de concordância, pode-se inferir que nas empresas do segmento industrial em Goiás a política de redução de poluentes causa impacto no sistema de produção das empresas pesquisadas.

5.3 Desempenho ambiental

A Tabela 5 analisa o desempenho ambiental da Campanha de Educação Ambiental, apresentando um Coeficiente de Variação de Pearson de 36,90%, o que indica um parâmetro representativo para o indicador.

Tabela 5: Matriz de validação dos dados em referência a desempenho ambiental

Dimensões de análise das variáveis	Homogeneidade da variável	
	Coeficiente de Variação de Person %	Parâmetro do Indicador
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE- Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência as campanhas de educação ambiental dirigidas ao público externo e interno nos últimos três anos?	36,90	representativo
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE- Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência a realização de projetos sociais com investimentos definidos no orçamento da empresa nos últimos três anos?	41,50	representativo
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE- Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho o, saúde e segurança com participação dos colaboradores nos últimos três anos?	35,50	representativo

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

Em relação aos projetos sociais com investimentos definidos no orçamento, o coeficiente de variação é de 41,50%, indicando uma variação um pouco mais significativa nas opiniões. Apesar disso, os projetos são considerados representativos. No que se refere aos indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho, saúde e segurança, o coeficiente de variação é de 35,50%, similar ao das campanhas de educação ambiental. Esse resultado sugere uma variação moderada nas percepções sobre as condições de trabalho, saúde e segurança.

A variação nos coeficientes de variação indica que há uma percepção mais uniforme sobre as campanhas de educação ambiental e os indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho. Por outro lado, a percepção sobre os projetos sociais é um pouco mais divergente. Essa diferença pode indicar que, embora a maioria dos stakeholders reconheça a importância e a eficácia das ações de RSE, as opiniões sobre o impacto e a implementação dos projetos sociais podem variar mais.

A Tabela 6, que analisa a variável de desempenho ambiental com um nível de significância de 5%, detalha três variáveis de análise de sustentabilidade socioambiental com base nas percepções dos respondentes.

Tabela 6: Matriz de análise da variável Desempenho ambiente em nível de significância de 5%

Variáveis de análise de sustentabilidade ambiental	Percepção do respondente			Indicadores análise	
	Discordo	Neutro	Concordo	Média	Intervalo de confiança
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE- Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência as campanhas de educação ambiental dirigidas ao público externo e interno nos últimos três anos?	16,00	23,9	50	3,41	0,011804556
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE- Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência a realização de projetos sociais com investimentos definidos no orçamento da empresa nos últimos três anos?	30,40	28,3	22,3	3,32	0,011159003
Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE- Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho o, saúde e segurança com participação dos colaboradores nos últimos três anos?	28,30	10,9	60,9	3,68	0,010608956

Fonte: Elaboração própria da autora (2024)

A análise das percepções dos colaboradores sobre as ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da empresa revela uma avaliação positiva, com três áreas de foco. Campanhas de Educação Ambiental: A média de 3,41 indica uma percepção favorável, embora haja uma parte significativa de respostas neutras ou discordantes.

Projetos Sociais com Investimentos no Orçamento: Com média de 3,32, essa área também é bem avaliada, mas a presença de respostas neutras sugere que os projetos podem não ser suficientemente notórios ou impactantes para todos.

Saúde, Segurança e Condições de Trabalho: A média mais alta (3,68) reflete uma percepção muito positiva dessas ações, indicando que as empresas estão bem empenhadas nesse aspecto.

5.4 Síntese sobre a análise de dados das variáveis ambiental, sustentabilidade socioambiental e desempenho ambiental

Os estudos desta dissertação foram iniciados com o objetivo de investigar a presença de práticas de governança ambiental e ações sustentáveis em empresas do setor industrial no Estado de Goiás. A pesquisa buscou verificar se essas empresas incorporam o compromisso com o desenvolvimento sustentável em suas estratégias, especialmente por meio do fortalecimento do relacionamento com os stakeholders e da adoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais. Para tanto, foram analisadas as dimensões de governança ambiental, sustentabilidade socioambiental e desempenho ambiental.

a) **Governança Ambiental:** A análise dos dados dessa variável indicou um comprometimento das empresas com o desenvolvimento sustentável, evidenciado pela incorporação da sustentabilidade nas estratégias empresariais, pelo fortalecimento das relações com os stakeholders e pela adoção de práticas de uso sustentável dos recursos.

b) **Sustentabilidade Socioambiental:** A sustentabilidade socioambiental abrange a responsabilidade socioambiental das empresas, incluindo tanto a gestão ambiental quanto o relacionamento com a sociedade. Esta variável destaca, por exemplo, que 56,5% dos respondentes concordaram que a empresa avançou na redução de resíduos de matéria-prima nos últimos três anos. Além disso, observa-se a implementação de tecnologias para reduzir emissões de gases de efeito estufa e outras práticas de sustentabilidade.

c) **Desempenho Ambiental:** A análise dos dados sugere que as práticas de sustentabilidade nas áreas ambiental, social e de governança (ESG) em Goiás têm promovido uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e redução das emissões de poluentes. Nos aspectos sociais, essas práticas incluem ações voltadas à diversidade, equidade e inclusão no ambiente de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo sobre governança ambiental e sustentabilidade, percebe-se sua importância; uma vez que a governança ambiental assegura a gestão eficaz e responsável das questões ambientais. Ela envolve a criação de estruturas, processos e políticas que garantem a proteção do meio ambiente e promovem o desenvolvimento sustentável. Isso abrange regulamentações sobre uso da terra, conservação de habitats e manejo sustentável dos recursos. Além disso, a governança ambiental considera a justiça social, abordando desigualdades que podem ser agravadas por problemas ambientais. É fundamental garantir que comunidades vulneráveis tenham acesso a recursos e proteção contra impactos negativos. A governança ambiental também estimula a inovação em tecnologias e práticas sustentáveis, promovendo soluções que reduzem a pegada ambiental e aumentam a eficiência dos recursos.

Em suma, a governança ambiental é crucial para proteger o meio ambiente e promover um desenvolvimento sustentável que beneficie tanto as gerações atuais quanto as futuras. Ela estabelece as condições necessárias para a tomada de decisões coletivas e responsáveis, garantindo um futuro mais equilibrado e saudável para todos. A sustentabilidade tornou-se um conceito vital para enfrentar os desafios ambientais e assegurar um futuro saudável para o planeta. Com o aumento da consciência sobre os efeitos negativos das ações humanas, a adoção de práticas sustentáveis se torna uma urgência.

A sustentabilidade também está intrinsecamente ligada à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade. A destruição de florestas, por exemplo, eleva os níveis de CO₂ na atmosfera e ameaça os habitats de diversas espécies. Promover práticas como reflorestamento, conservação de áreas protegidas e agricultura sustentável é vital para manter os ecossistemas e preservar a vida no planeta.

Um dos principais desafios contemporâneos é o aquecimento global, impulsionado pelas emissões excessivas de gases de efeito estufa. A transição para fontes de energia renováveis, como solar e eólica, é crucial para reduzir essas emissões e diminuir a dependência de combustíveis fósseis, os principais responsáveis pela poluição.

O estudo dos dados revela um panorama promissor sobre a influência e importância das medidas de gestão ambiental e das iniciativas sustentáveis nas empresas do segmento industrial em Goiás. O engajamento das empresas com a sustentabilidade é evidenciado pela incorporação desses valores nas estratégias empresariais, melhorando as conexões com stakeholders e promovendo uma gestão eficiente dos recursos naturais.

Ainda conforme os dados analisados, os avanços em responsabilidade socioambiental, como a redução de resíduos e a adoção de tecnologias para diminuir emissões poluentes, demonstram um crescente comprometimento com práticas que beneficiam o meio ambiente e a sociedade. Além disso, iniciativas de diversidade, equidade e inclusão têm mostrado melhorias significativas no desempenho ambiental das organizações, integrando aspectos sociais e de governança em seus planejamentos.

Conclui-se que uma empresa sustentável é aquela que reconhece a importância da dimensão social e busca a sustentabilidade econômica sem degradar o meio ambiente. Assim, as empresas não apenas favorecem a sociedade, mas também conquistam vantagens competitivas no mercado. É encorajador observar que empresas em Goiás estão cada vez mais adotando modelos sustentáveis, contribuindo para um futuro mais responsável. Em síntese, a pesquisa ratifica que as empresas goianas estão aderindo aos valores de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, consolidando o desenvolvimento sustentável como um valor central no ambiente corporativo do estado.

Nesse sentido, pode-se questionar quais as contribuições dessa pesquisa? Entende-se que esta pesquisa trouxe contribuições significativas ao mapear e analisar as práticas de governança ambiental e iniciativas sustentáveis nas empresas em Goiás. Primeiramente, proporcionou uma compreensão mais clara do comprometimento das organizações com a sustentabilidade, evidenciando a incorporação desses princípios nas estratégias corporativas. Além disso, revelou a importância da gestão socioambiental na construção de relacionamentos positivos com stakeholders e na melhoria do desempenho ambiental.

Para futuros estudos, sugere-se investigar a eficácia de políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis, bem como a percepção dos consumidores sobre a sustentabilidade das empresas. Outra área promissora é a análise de como as empresas goianas podem integrar inovações tecnológicas em suas iniciativas de governança ambiental. Também seria interessante explorar a relação entre sustentabilidade e competitividade em diferentes setores, além de avaliar a implementação de práticas de responsabilidade social em empresas de variados portes. Além disso, é fundamental destacar a interconexão entre governança ambiental e desenvolvimento econômico, pois práticas sustentáveis não apenas protegem o meio ambiente, mas também geram empregos e impulsionam a economia local. A educação e conscientização pública são essenciais para galvanizar uma mudança cultural em Goiás, promovendo um futuro mais sustentável. Por fim, a colaboração entre setores público e privado é vital para a construção de soluções inovadoras e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

ALMEIDA, Á. **ESG parece, mas não é o mesmo que sustentabilidade**. Neo Feed, 2021. Disponível em: <https://neofeed.com.br/blog/home/esg-parece-mas-nao-e-o-mesmo-quesustentabilidade/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

ALMEIDA, F. A. S. **Influência das políticas ambientais no desempenho empresarial econômico e socioambiental: um estudo do setor de leite e derivados de Goiás**. 2010. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002124329>. Acesso em: 27 set. 2023.

ALMEIDA, F. A. S.; SILVA, A. M; **Metodologia aplicada à educação a distância**. Porto: Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Goiás, Unidade Universitária de Educação a Distância da Universidade Estadual de Goiás, 2011.

ARRUDA, M. P.; QUELHAS, Osvaldo L. G. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ATKINSON, A. A.; WATERHOUSE, J. H.; WELLS, R. B. *A stakeholder approach to strategic performance measurement*. *Sloan management review*, v. 38, n. 3, p. 25-37, 1997.

FERREIRA, A.B. H. **O dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Positivo, 2010.

BARBIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBIERI, J. C; SILVA, D .V. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEKTUR, C.; ARZOVA, S. B. *Environmental, social and governance performance in business*. Istanbul: Springer, 2020.

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. *Rev. Sociol. Polit.*, São Paulo, v. 19, n.39, p. 103-114, jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31688/20208>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CLARKSON, M. E. *A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance*. **Academy of management review**, [S. l].v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CUNHA, B. P; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educus, 2014.

DALMÁCIO, F. Z; NOSSA, V; ZANQUETTO FILHO, H.. Avaliação da relação entre a performance e a taxa de administração dos fundos de ações ativos brasileiros. **Revista de educação e pesquisa em contabilidade**, Biguaçu, v. 1, n. 3, p. 1-20, 2007. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/13>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: fundamentos e metodologia do método quadripolar. São Paulo: Editora XYZ, 1974.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: problemas epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade empresarial**: como as empresas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009.

DISTRITO FEDERAL Governo do Distrito Federal. **Brasília Ambiental**. Bioma do Cerrado. 2018. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/bioma-cerrado/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DONTHU, N.; GUSTAFSSON, A. *Effects of COVID-19 on Business and Research*. **Journal of Business Research**, [S. l], v. 117, p. 284-289, 2020.

ECCLES, R. G.; LEE, L.; STROEHLE, J. *The Social Origins of ESG: An Analysis of Innovest and KLD*. **Organization & Environment**, [S. l], v. 33, n. 1, p. 33-52, 2020.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.

ESD. International Scientific Conference. **Economic and Social Development**, 2024. Disponível em: <https://www.esd-conference.com/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

- FIORINI, F. A.; JUNIOR, Nelson Alonso; ALONSO, Vera Lucia Chaves. Governança corporativa: conceitos e aplicações. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia (**SEGet**), Rio de Janeiro, v. 13, p. 30-31, 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/19524178.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.
- GALVÃO, A. L. **Responsabilidade social corporativa e sustentabilidade empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- GRACIA, A. **Métodos estatísticos**. 4. ed. Fortaleza: UFC, 1989.
- GLOBAL COMPACT. *Who cares wins: connecting financial markets to a changing world*. Nova York: United Nations, 2004.
- GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. **Geografia**, 2019. Disponível em: <https://goias.gov.br/geografia/>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- GOIÁS. GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Goiás registra quase 10 mil novas empresas em 2024**, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/goias-registra-quase-10-milnovas-empresas-em-2024/>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- GRACIA, A. **Métodos estatísticos**. 4. ed. Fortaleza: UFC, 1989.
- GILLES B, D. P. Plano de Ação—O passo a passo da ideia à concretização de seus objetivos! **Blog de gestão empresarial**, [s.l.], v. 16, 2016.
- GORIA, A.; SGOBBI, A.; HOMEYER, I. *Governance for the environment: a comparative analysis of environmental policy integration*. Massachusetts: Edward Edgar, 2010.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em 18 nov. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Goiânia**. População, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- IBM. *Instituto for Business Machine*. **Relatório IBM de sustentabilidade empresarial**, 2023.
- JABBOUR, C. J. C. *Environmental technologies: in search of a meaning*. **Revista de administração pública**, [online], v. 44, n. 3, p. 591-611, 2010. Disponível em: dspace.stir.ac.uk/handle/1893/24762. Acesso em: 30 out. 2023.
- JACOBI, Pedro; SINISGALLI, Paulo A. **Governança ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.

- JO, Hoje; HARJOTO, Maretno A. *Corporate governance and firm value: the impact of corporate social responsibility*. *Journal of business ethics*, [online], v. 103, n. 3, p. 351-383, 2012.
- JOLLIVET, M.; PAVÉ, A. **O meio ambiente**: questões e perspectivas para a pesquisa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. **Desenvolvimento sustentável**: abordagens e métodos. São Paulo: Editora USP, 1997.
- JONES, Tucker et al. The Mass–Metallicity Relation at $z \simeq 8$: Direct-method Metallicity Constraints and Near-future Prospects. *The astrophysical journal*, v. 903, n. 2, p. 150, 2020. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.3847/1538-4357/abb943/meta>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- KALIL, S. **Estatística descritiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- KATSOULI, A. *Corporate social responsibility in practice*. Nova York: Routledge, 2021.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: reflexões para uma socioeconomia sustentável. São Paulo: Vozes, 2000.
- LENZI, C. L. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: Edusc, 2006.
- LINS, C; ZYLBERSZTAJN, D. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010.
- LOPES, E. C. Governança Corporativa em empresas de capital aberto: uma contribuição da ciência da informação para a gestão da informação estratégica. I Reunião da Linha de Pesquisa “Gestão, Mediação e uso da Informação”. **Caderno de resumos**, Gama, p. 53, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/af99d101-06cb-41129d83-975c0fc0e96e/content>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- MARQUES, J; MELO, M. A; WANDERLEY, L. **Sustentabilidade e governança corporativa**: perspectivas e desafios. São Paulo: Atlas, 2016.
- MARQUES, J. R; MELO, R. R de; WANDERLEY, L.S. O. Governança e sustentabilidade: um estudo reflexivo e adaptativo. Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente. **ENGEMA**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/391.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- MARTINS, G de A; THEÓPHILO, C R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MILAN, G. S.; VITTORAZZI, C.; REIS, Z. C. A redução de resíduos têxteis e de impactos ambientais: um estudo desenvolvido em uma indústria de confecções do vestuário. **In: XIII Seminários de Administração**, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, J. O. **ESG: o cisne verde e o capitalismo de stakeholder**. Brasília: Revista dos Tribunais, 2021.

NIEMOLLER, C. ESG: *The New business paradigm for financial markets*. *Sustainable finance journal*, v. 5, p. 23-34, 2021.

OCDE. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômica. **Governance**. 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Oliveira, L. G. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2021.

ONU. **Declaração da conferência das nações unidas sobre o meio ambiente humano**. Estocolmo: Organização das Nações Unidas, 1972.

ONU. **Declaração do rio sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 1992.

ONU. **Agenda 21: Conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 1992.

ONU. **Declaração de Johannesburg sobre desenvolvimento sustentável**. Johannesburg: Organização das Nações Unidas, 2002.

ONU. **COP15. Conferência de Copenhague sobre mudanças climáticas**. Copenhague: Organização das Nações Unidas, 2009.

ONU. **Declaração Final da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável – Rio+20**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 2012.

ONU. **Acordo de Paris**. Paris: Organização das Nações Unidas, 2015.

ONU. **COP26**. Conferência das nações unidas sobre mudanças climáticas de 2021. Glasgow: Organização das Nações Unidas, 2021.

ONU. **COP27**. Conferência das nações unidas sobre mudanças climáticas de 2022. Sharm ElSheikh: Organização das Nações Unidas, 2022.

PHILIPPI, A.; ROMERO, M. A.; BRUNA, G. C. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2004.

PRODUTIVIDADE MAXIMA. **Modelo de organograma**. Como fazer organograma funcional, radial e (+1), 2021. Disponível em: <https://www.produtividademaxima.com/modelo-de-organograma-como-fazer/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. *Creating shared value*. *Harvard business review*, v. 89, n. 1-2, p. 62-77, 2011.

RAJAN, R. G.; ZINGALES, Luigi. *Power in a theory of the firm*. *Quarterly journal of economics*, v. 113, n. 2, p. 387-432, 1998.

RASSI, F. **ESG como estratégia para competitividade no mercado global**. Goiânia: Federação das Indústrias do Estado de Goiás, 2021.

RIO+20. **Conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável**. O futuro que queremos: guia informativo. Rio de Janeiro, Brasil: ONU, 2012. Disponível em: www.rio20.info. Acesso em: 30 jun. 2024.

RHODES, R. A. W. *Recovering the craft of public administration*. *Public administration review*, [online], v. 76, n. 4, p. 638-647, jul/ago. 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/puar.12504>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ROVER, S. et al. **Contabilidade ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSENAU, J. N. **“Governança, ordem e transformação na política mundial”**. Brasília: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUTESKI, D. Estudo de caso: a importância da responsabilidade social na economia global. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, Blumenau, v.7, n.1, p.48-69, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/OFFICE%20TOTAL/Downloads/rica,+5581986-1-RV.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **ESG: Governança e Compliance**, 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Busca?q=governan%C3%A7a>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Virtuous Company, 2021.

TINOCO, J. E. P.; KÄEMER, J. C. **Sustentabilidade ambiental e corporativa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

UNESCO. **Conferência da Biosfera**. Paris: 1968.

VEENSTRA, C.; ELLEMERS, N. *A dual perspective model of social responsibility*. **Journal of environmental psychology**, v. 71, 2020.

WELLS, D W. *The Uninhabitable Earth: Life After Warming*. Barueri: Crown, 2020.

YU, M. E ZHAO, R. Sustentabilidade e avaliação de empresas: uma investigação internacional. **Jornal internacional de contabilidade e gestão da informação**, 2015. 23, 289-307.

APÊNDICE A – Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)

Prezado (a) Senhor (a),

Este questionário é parte de uma pesquisa sobre ESG (sigla em inglês para Environmental, Social and Governance) - Ambiental, Social e Governança que está sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Gestão, Educação- PPGET-UEG e a FIEG- Federação das Indústrias de Goiás. O objetivo dessa investigação é para conhecer as práticas relativas à governança corporativa e as ações empresariais sustentáveis do segmento das indústrias de Goiás. Desta forma, esperamos contar com a sua colaboração para responder essa pesquisa. Na publicação dos resultados da pesquisa não serão divulgados nomes ou quaisquer referências que identifiquem as empresas pesquisadas. As informações contidas neste instrumento de pesquisa são confidenciais, razão pela qual não precisa se identificar. Neste sentido procedimentos adequados à proteção e uso adequado dos dados que coleta e armazena., a Fieg e o PPGET/UEG atuam de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dispondo de

Elaine Lopes Noronha Farinelli

Assessora Técnica de Meio Ambiente da FIEG

Francisco Alberto Severo de Almeida

Coordenador da Unidade Universitária de Luziânia

Marlene Luiza de Assunção

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Gestão, Educação e Tecnologias - PPGET-UEG

Questionário aplicado para pesquisa

Li o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) acima: *

- Concordo em responder este questionário
- Não concordo em responder este questionário

Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)

I - PERFIL DA EMPRESA

Indique abaixo, a classificação na qual a sua empresa se enquadra em relação à * atividade empresarial

- Extração e tratamento de minerais
- Indústria de produtos minerais não metálicos
- Indústria metalúrgica
- Indústria mecânica
- Indústria de material elétrico ,eletrônico e de comunicação
- Indústria de materiais de transporte
- Indústria de madeiras
- Indústria de papel de celulose e embalagens
- Indústria da borracha
- Indústria de couro e peles
- Indústria química
- Indústria de produtos de matéria plástica
- Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos
- Indústria de produtos alimentares e bebidas
- Indústria da construção civil
- A empresa não se enquadra em nenhuma dessas atividades empresariais

Indique abaixo, a classificação na qual a sua empresa se enquadra em relação à * faixa de pessoal empregado.

- De 1 a 9 empregados;
- De 10 a 99 empregados;
- De 100 a 499 empregados;
- De 500 a mais empregados.

Indique abaixo, a classificação na qual a sua empresa se enquadra em relação à * receita bruta anual

- Até R\$ 1.200.000 (hum milhão e duzentos mil reais)
- Superior a R\$ 1200.000 (hum milhão e duzentos mil reais) e inferior ou igual a R\$ 10.500.000 (dez milhões e quinhentos mil reais)
- Superior a R\$ 10.500.000 (dez milhões e quinhentos mil reais) e inferior ou igual a R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais)
- Superior a R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais)

Indique abaixo, a classificação na qual a sua empresa se enquadra em relação à * receita bruta anual de exportação no ano de 2022.

- A minha Empresa não fez exportação em 2022.
- Até US\$ 1.000.000 (hum milhão de dólares);
- Superior a 1.000.000 (hum milhão de dólares) e inferior ou igual a US\$ 10.000.000 (dez milhões de dólares);
- Superior a US\$ 10.000.000 (dez milhões de dólares) e inferior ou igual a US\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de dólares);
- Superior a US\$50.000.000 (cinquenta milhões de dólares) e inferior ou igual a US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares);
- Superior a US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares)

Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)*;

Governança corporativa sustentável

Nesta seção, busca-se conhecer o posicionamento da Empresa sobre as questões relacionadas à Governança corporativa sustentável no que se refere as ações empresariais sustentáveis da Empresa .

No

seu ponto de vista, como V.Sa. vê as práticas de gestão corporativa na sua empresa relativas aos compromissos referentes as questões ambientais e de sustentabilidade

Na minha empresa, o compromisso com o desenvolvimento sustentável está formalmente inserido na estratégia da empresa, mediante o fortalecimento do relacionamento com os públicos interessados (stakeholders) e pelas práticas de uso sustentável dos recursos naturais. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

Na minha empresa, o público interessado (stakeholders) que mais influencia na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa é o mercado consumidor *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

Na minha empresa, o público interessado (stakeholders) que mais influencia na integração das questões ambientais e de sustentabilidade na estratégia da empresa é a Direção Superior (acionista, conselho de administração, diretores) *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

Na sua opinião, qual é o grau de relevância que sua Empresa atribui as normas técnicas ambientais oriundas dos acordos internacionais e regionais (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável / NBR ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental / Global Reporting Initiative – GRI / Indicadores Ethos / ISO 26000 / Outros (ISE B3, CDP, Pacto Global, etc)) na definição/ incorporação de ações nas estratégias do negócio. *

1 2 3 4 5

Não tem nenhuma relevância Tem alta relevância

Na sua opinião, qual o grau de relevância que sua empresa atribui à aplicação de instrumentos econômicos relacionados a concessão de crédito e financiamento em Instituições bancárias públicas, mediante análise de critérios socioambientais do empreendimento/ negócio. *

1 2 3 4 5

Não tem nenhuma relevância Não tem nenhuma relevância

Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)

Sustentabilidade sócioambiental

Nesta seção, busca-se conhecer o posicionamento das empresas sobre as questões relacionadas às ações empresariais sustentáveis da Empresa no que se refere à implementação de inovações tecnológicas como foco em meio ambiente

Na sua opinião, a aplicação de padrões tecnológicos de produção para redução de poluentes impacta o sistema de produção da sua Empresa? *

1 2 3 4 5

Não traz nenhum impacto. Tem um grande impacto.

Na sua opinião, a aplicação de padrões de controle da qualidade ambiental a serem observados em relação ao uso de recursos naturais terra, água, ar impacta no sistema de produção da sua Empresa? *

1 2 3 4 5

Não traz nenhum impacto. Tem um grande impacto.

Na sua opinião, a gestão de resíduos e produtos perigosos traz impacto ao sistema de produção da sua Empresa? *

1 2 3 4 5

Não traz nenhum impacto. Tem um grande impacto.

Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)

Práticas ambientais

Nesta seção, busca-se conhecer o posicionamento da organização sobre as questões relacionadas às ações empresariais sustentáveis da Empresa no que se refere à conservação, uso dos recursos naturais e as medidas de controle ambiental adotadas pela Empresa

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação às ações da Empresa, * tendo como referência a redução de resíduos de matéria prima do sistema de produção da empresa nos últimos três anos?

	1	2	3	4	5	
Não houve redução de resíduos de matéria prima	<input type="radio"/>	Houve uma elevação significativa de redução dos resíduos de matéria prima				

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação às ações da Empresa, * tendo como referência o consumo de água no sistema de produção da empresa nos últimos três anos?

	1	2	3	4	5	
Não houve redução do consumo de água	<input type="radio"/>	Houve uma redução significativa de do consumo de água				

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações da Empresa, * tendo como referência ao consumo de energia no sistema de produção da empresa nos últimos três anos?

	1	2	3	4	5	
Não houve redução do consumo de energia	<input type="radio"/>	Houve uma elevação significativa de redução do consumo de energia				

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações da Empresa, * tendo como referência a emissão de resíduos sólidos e efluentes líquidos do sistema de produção da empresa nos últimos três anos?

	1	2	3	4	5	
Não houve redução de emissão de resíduos e efluentes	<input type="radio"/>	Houve uma elevação significativa de redução Emissão de resíduos e efluentes				

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações da Empresa, * tendo como referência a emissão de gases de efeito estufa pelo sistema de produção da empresa nos últimos três anos?

	1	2	3	4	5	
Não houve redução de emissão de de gases de efeito estufa	<input type="radio"/>	Houve uma elevação significativa de redução de gases de efeito estufa				

Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)

Responsabilidade Social Empresarial

Um dos tripés do desenvolvimento sustentável refere-se a RSE-Responsabilidade Social Empresarial que se alicerça nas crenças e valores éticos que norteiam as relações da Empresa com as partes interessadas da sociedade (*stakeholders*), de forma participativa e transparente.

Nesta seção, busca-se conhecer o posicionamento da Empresa em relação as ações de RSE-Responsabilidade Social Empresarial

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE-Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência a campanhas de educação ambiental dirigidas aos públicos externo e interno nos últimos três anos? *

	1	2	3	4	5	
Nenhuma ação de RSE foi realizada	<input type="radio"/>	Houve um aumento significativo das ações de RSE				

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE-Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência a realização de projetos sociais com investimentos definidos no orçamento da Empresa nos últimos três anos? *

	1	2	3	4	5	
Nenhuma ação de RSE em projetos sociais foi realizada	<input type="radio"/>	Houve aumento significativo das ações de RSE em projetos sociais				

Na sua opinião, qual a avaliação que você faz em relação as ações de RSE-Responsabilidade Social Empresarial da Empresa, tendo como referência os indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho, saúde e segurança com a participação dos colaboradores nos últimos três anos? *

	1	2	3	4	5	
Nenhuma ação de RSE com a participação dos colaboradores foi realizada	<input type="radio"/>	Houve um aumento significativo das ações de RSE com a participação dos colaboradores				

Pesquisa sobre ESG (Ambiental, Social e Governança)

Marketing ambiental

Nesta seção, busca-se conhecer o posicionamento da Empresa sobre as questões relacionadas à comercialização de produtos com selo ecológico no que se refere as ações empresariais sustentáveis da organização .

Na sua opinião, qual avaliação que você faz da Empresa sobre a comercialização * de produtos com a marca ecológica no mercado interno

1 2 3 4 5

Não é significativo em termos de venda

É muito significativo em termos de vendas

Na sua opinião, qual avaliação que você faz da Empresa sobre a comercialização * de produtos com a marca ecológica no mercado Internacional

1 2 3 4 5

Não é significativo em termos de venda

É muito significativo em termos de vendas